



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de setembro de 2014

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Ordinária		0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	0,58436
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/06/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	0,64279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	7.827.858	7.633.256
1.01	Ativo Circulante	1.665.231	1.697.997
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208.418	573.253
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.572	22.094
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.572	22.094
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.572	22.094
1.01.03	Contas a Receber	967.608	817.883
1.01.03.01	Clientes	967.608	817.883
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	967.608	817.883
1.01.04	Estoques	10.591	12.462
1.01.06	Tributos a Recuperar	154.355	171.603
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	154.355	171.603
1.01.06.01.01	Imposto de renda - IR	39.214	42.923
1.01.06.01.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	34.956	20.544
1.01.06.01.03	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	58.544	50.338
1.01.06.01.04	Programa de Integração Social - PIS	4.027	43.973
1.01.06.01.05	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.568	11.911
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.046	1.849
1.01.06.01.07	Outros	0	65
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.333	13.494
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	306.354	87.208
1.01.08.03	Outros	306.354	87.208
1.01.08.03.01	Recursos CDE	222.304	0
1.01.08.03.02	Entidade de Previdência Privada	1.600	6.002
1.01.08.03.03	Serviços em Curso	35.978	32.878
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	46.472	48.328
1.02	Ativo Não Circulante	6.162.627	5.935.259
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.585.684	2.260.464
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.291	213
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.291	213
1.02.01.03	Contas a Receber	64.369	85.999
1.02.01.03.01	Clientes	64.369	85.999
1.02.01.06	Tributos Diferidos	326.099	288.852
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	326.099	288.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.193.925	1.885.400
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	57.250	69.742
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	280.718	203.955
1.02.01.09.06	Entidade de Previdência Privada	14.983	14.983
1.02.01.09.07	Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.838.584	1.593.886
1.02.01.09.08	Outros Ativos não Circulantes	2.390	2.834
1.02.02	Investimentos	8.666	8.323
1.02.04	Intangível	3.568.277	3.666.472

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	7.827.858	7.633.256
2.01	Passivo Circulante	1.692.151	1.666.255
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.585	50.056
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56.585	50.056
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a Pagar	56.585	50.056
2.01.02	Fornecedores	703.218	464.292
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	703.218	464.292
2.01.03	Obrigações Fiscais	186.148	136.303
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131.024	95.944
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	69.484	57.160
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	7.164	4.602
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	33.135	21.205
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.140	3.135
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.018	1.011
2.01.03.01.06	Recuperação fiscal - REFIS	2.535	0
2.01.03.01.07	Impostos e contribuições retidos na fonte	9.886	7.090
2.01.03.01.08	Outros	4.662	1.741
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	51.431	37.092
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	51.431	37.092
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.693	3.267
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços - ISS	824	615
2.01.03.03.02	Impostos e contribuições retidos na fonte	2.869	2.652
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	430.666	449.801
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	396.950	346.583
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	343.820	299.473
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	53.130	47.110
2.01.04.02	Debêntures	33.716	103.218
2.01.05	Outras Obrigações	282.585	531.825
2.01.05.02	Outros	282.585	531.825
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	101.951	114.778
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	14.629	31.599
2.01.05.02.05	Obrigações de Benefícios Pós Emprego	11.587	0
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	154.418	385.448
2.01.06	Provisões	32.949	33.978
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.949	33.978
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	695	5.584
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.417	16.479
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.755	8.582
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	4.082	3.333
2.02	Passivo Não Circulante	3.491.455	3.474.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.964.100	2.977.995
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.964.100	2.977.995
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.893.454	1.931.540
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.070.646	1.046.455
2.02.02	Outras Obrigações	331.373	330.028

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02	Outros	331.373	330.028
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	42.287	51.177
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	18.015	2.736
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	7.145	15.860
2.02.02.02.06	Obrigações de de Benefícios Pós-Emprego	244.375	242.246
2.02.02.02.07	Outros Passivos Não Circulantes	17.149	15.607
2.02.04	Provisões	195.982	166.689
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	195.982	166.689
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.208	5.791
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	104.363	93.383
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	55.279	48.632
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	23.132	18.883
2.03	Patrimônio Líquido	2.644.252	2.492.289
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.231.455	1.230.353
2.03.04.01	Reserva Legal	108.433	108.433
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.065	48.065
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	319.682	319.682
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	753.086	753.086
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	2.189	1.087
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	151.704	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	20.880	21.723

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.278.268	3.708.333	1.188.862	3.842.452
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-978.845	-2.867.961	-894.345	-2.751.725
3.02.01	Custo com energia elétrica	-689.583	-2.085.567	-534.576	-1.596.159
3.02.02	Custo de operação	-161.299	-468.537	-147.639	-419.475
3.02.03	Custo de construção	-127.963	-313.857	-212.130	-736.091
3.03	Resultado Bruto	299.423	840.372	294.517	1.090.727
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.535	-471.459	-155.246	-461.215
3.04.01	Despesas com Vendas	-96.769	-279.591	-80.345	-268.099
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.766	-191.868	-74.901	-193.116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	133.888	368.913	139.271	629.512
3.06	Resultado Financeiro	-85.085	-191.759	-32.262	-125.702
3.06.01	Receitas Financeiras	210.437	593.813	200.567	440.879
3.06.02	Despesas Financeiras	-295.522	-785.572	-232.829	-566.581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	48.803	177.154	107.009	503.810
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.652	-25.450	-15.300	-79.008
3.08.01	Corrente	-15.160	-62.264	80.192	19.523
3.08.02	Diferido	9.508	36.814	-95.492	-98.531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.151	151.704	91.709	424.802
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.151	151.704	91.709	424.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22230	0,78154	0,47246	2,18847
3.99.01.02	PNA	0,22230	0,78154	0,47246	2,18847
3.99.01.03	PNB	0,24453	0,85969	0,51970	2,40731

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	43.151	151.704	91.709	424.802
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-281	-841	23.489	78.583
4.02.01	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-425	-1.275	31.475	105.301
4.02.02	Tributos	144	434	-7.986	-26.718
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.870	150.863	115.198	503.385

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	80.777	754.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	742.240	947.120
6.01.01.01	Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	177.153	503.810
6.01.01.02	Amortização	236.786	206.344
6.01.01.03	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais e Outras Receitas Financeiras	263.971	217.448
6.01.01.04	Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	-21.978	-47.802
6.01.01.05	Perda com baixa do ativo intangível em curso	22.321	19.714
6.01.01.06	Provisão para Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	33.010	23.803
6.01.01.07	Provisão para Creditos de Liquidação Duvidosa	10.349	23.803
6.01.01.08	Atualização Monetária do Benefício Pós Emprego	20.628	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-661.463	-192.975
6.01.02.01	Contas a Receber de clientes e outros	-138.444	248.460
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-18.295	12.402
6.01.02.03	Impostos e Contribuições a Recuperar, exceto IR e CSLL	40.443	3.385
6.01.02.04	Estoques	1.871	2.354
6.01.02.05	Subvenções/Recursos CDE	-222.304	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-69.556	-8.379
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	161	-8.542
6.01.02.08	Entidade de Previdência privada	4.402	6.669
6.01.02.09	Outros ativos	-5.973	-44.726
6.01.02.10	Fornecedores	230.036	-114.953
6.01.02.11	Salários e Encargos a pagar	6.529	6.319
6.01.02.12	Encargos de Dívidas e Swap pagos	-199.143	-169.419
6.01.02.13	Taxas Regulamentares	-3.664	-25.772
6.01.02.14	Impostos e Contribuições a Recolher, exceto IR e CSLL	35.353	-46.253
6.01.02.15	Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-48.895	-3.989
6.01.02.16	Indenizações/Contingências pagas	-36.306	-36.495
6.01.02.17	Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-8.193	-39.990
6.01.02.18	Outras Passivos	-229.485	25.954
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-642.825	-773.516
6.02.01	Aquisição de Intangível	-659.814	-820.587
6.02.02	Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	-306.123	-316.618
6.02.03	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	323.112	363.689
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	197.213	-74.005
6.03.01	Captação de Empréstimos e financiamentos	199.333	260.637
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-202.033	-158.706
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-69.378	-139.864
6.03.05	Obrigações Vinculadas	281.015	131.787
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o capital proprio	-11.724	-167.859
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-364.835	-93.376
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	573.253	252.479
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.418	159.103

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.230.355	0	21.721	2.492.289
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.230.355	0	21.721	2.492.289
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.100	0	0	1.100
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP Prescritos	0	0	1.100	0	0	1.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	151.704	-841	150.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	151.704	0	151.704
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-841	-841
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	-841	-841
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.231.455	151.704	20.880	2.644.252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	851.832	0	-76.824	2.015.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	851.832	0	-76.824	2.015.221
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.194	0	0	-3.194
5.04.08	Reversão de Dividendos/JSCP Prescritos	0	0	197	0	0	197
5.04.09	Aprovação da Proposta de Dividendos	0	0	-3.391	0	0	-3.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.802	78.583	503.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.802	0	424.802
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	78.583	78.583
5.05.02.06	Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	0	0	0	0	78.583	78.583
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	848.638	424.802	1.759	2.515.412

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	5.090.621	5.120.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.130.677	5.179.821
7.01.02	Outras Receitas	-8.937	-13.888
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-31.119	-45.739
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.009.997	-2.920.408
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.282.621	-1.785.025
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-727.376	-1.135.383
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.080.624	2.199.786
7.04	Retenções	-236.788	-206.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-236.788	-206.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.843.836	1.993.442
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	593.813	440.879
7.06.02	Receitas Financeiras	593.813	440.879
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.437.649	2.434.321
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.437.649	2.434.321
7.08.01	Pessoal	210.668	181.329
7.08.01.01	Remuneração Direta	107.729	98.614
7.08.01.04	Outros	102.939	82.715
7.08.01.04.01	Encargos Sociais (exceto INSS)	28.487	25.770
7.08.01.04.02	Entidade de Previdência Privada	7.674	7.321
7.08.01.04.03	Auxílio Alimentação	12.702	11.719
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	6.701	4.279
7.08.01.04.05	Despesas com desligamento	11.091	11.139
7.08.01.04.06	Férias e 13º Salário	27.684	25.567
7.08.01.04.07	Plano de Saúde	15.926	6.307
7.08.01.04.08	Indenizações Trabalhistas	7.461	15.971
7.08.01.04.09	Participação no resultado	21.723	15.914
7.08.01.04.10	Administradores	4.382	2.638
7.08.01.04.11	Encerramento de Ordem em curso	1.503	2.058
7.08.01.04.12	(-) Transferência para Ordens	-42.395	-45.968
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.284.934	1.257.318
7.08.02.01	Federais	362.943	409.121
7.08.02.02	Estaduais	921.991	848.197
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	790.343	570.872
7.08.03.01	Juros	785.572	566.581
7.08.03.02	Aluguéis	4.771	4.291
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	151.704	424.802
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	151.704	424.802

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO Em 30 de Setembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 15 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido por outras empresas, destacando-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1. Mercado de Energia Elétrica

2.1.1. Número de Consumidores Ativo

A Companhia encerrou o 3T14 com total de 5.525.493 consumidores, representando um crescimento de 3,73% equivalente a 198.592 novas unidades consumidoras, em relação ao mesmo período de 2013.

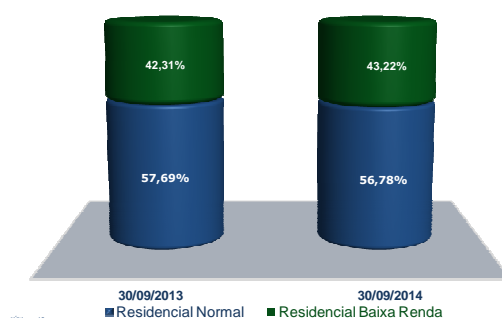
O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com 182.574 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos realizados para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial o Programa Luz para Todos (LPT).

A classe industrial apresentou um decréscimo de 13,32% no número de consumidores ativos devido principalmente, às baixas contratuais ocorridas neste período.

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
	3T14	3T13	Variação Vertical %		Variação Horizontal	
			3T14	3T13	R\$	%
Residencial	4.879.803	4.697.229	88,31%	88,18%	182.574	3,89%
Industrial	16.916	19.516	0,31%	0,37%	-2.600	-13,32%
Comercial	342.562	328.384	6,20%	6,16%	14.178	4,32%
Rural	210.580	207.988	3,81%	3,90%	2.592	1,25%
Poder Público	47.742	46.701	0,86%	0,88%	1.041	2,23%
Iluminação Pública	16.545	16.396	0,30%	0,31%	149	0,91%
Serviço Público	10.897	10.275	0,20%	0,19%	622	6,05%
Subtotal	5.525.045	5.326.489	99,99%	99,99%	198.556	3,73%
Consumo Próprio	446	411	0,01%	0,01%	35	8,52%
Suprimento	2	1	0,00%	0,00%	1	100,00%
Total	5.525.493	5.326.901	100,00%	100,00%	198.592	3,73%

2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)

O número de consumidores residenciais em setembro de 2014 representa 88,31% do total de clientes/contratos ativos, e destes 43,22% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em setembro de 2013 esse número era de 42,31%, apresentando discreto aumento de 0,91 p.p. em função do enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.



2.2. Energia Vendida

No 3T14 a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica na Companhia alcançou R\$ 1.402.835, apresentando um crescimento de 17,14%, equivalente a R\$ 205.266 em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 1.197.569.

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no 3T14 foi de 3.999.340 MWh, representando um acréscimo de 3,77% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou no 3T14 um crescimento de 4,20% em relação 3T13, atingindo um consumo de 1.546.689 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 38,67%. Este crescimento é reflexo principalmente dos programas sociais como o Luz para Todos e políticas de "distribuição de renda" como o bolsa família.

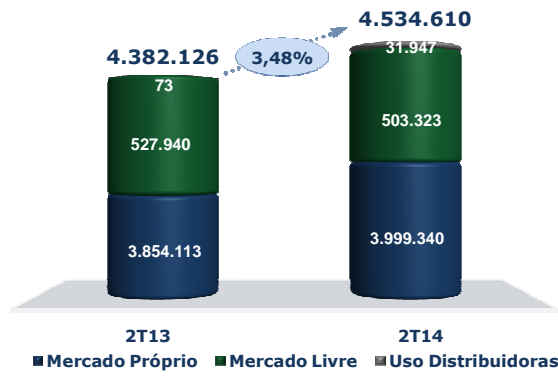
A classe comercial cresceu 3,77% em relação ao 3T14, reflexo principalmente do crescimento das vendas do comércio varejista da Bahia segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

A classe rural teve um desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado no 3T14 um crescimento de 7,07% no consumo. Os baixos níveis de precipitação foram determinantes para o uso mais intensivo de equipamentos para irrigação. Em setembro/14, o índice pluviométrico da região norte foi 14,42 mm e o da região oeste registrou 1,50 mm, área onde se concentra a maior atividade de irrigação no Estado, e onde foi registrado o mais baixo índice do ano.

Classe	3T14		3T13		Variação Horizontal 3T14 / 3T13 %		Variação Vertical 3T14 %	
	Receita (R\$ mil)	Volume (MWh)	Receita R\$ mil)	Volume (MWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)
Residencial	622.748	1.546.689	536.365	1.484.402	16,11%	4,20%	44,39%	38,67%
Industrial	204.832	680.144	167.304	661.543	22,43%	2,81%	14,60%	17,01%
Comercial	334.984	733.221	288.374	706.584	16,16%	3,77%	23,88%	18,33%
Rural	83.145	425.702	67.371	397.604	23,41%	7,07%	5,93%	10,64%
Poder Público	61.599	155.402	56.246	157.137	9,52%	-1,10%	4,39%	3,89%
Iluminação Pública	45.953	239.113	38.596	226.508	19,06%	5,56%	3,28%	5,98%
Serviço Público	49.574	215.824	43.313	216.677	14,46%	-0,39%	3,53%	5,40%
Subtotal	1.402.835	3.996.095	1.197.569	3.850.455	17,14%	3,78%	100,00%	99,92%
Consumo Próprio	-	3.245	-	3.658	-	-11,29%	-	0,08%
Total	1.402.835	3.999.340	1.197.569	3.854.113	17,14%	3,77%	100,00%	100,00%

2.3. Energia Distribuída em GWh

A energia distribuída que é a soma do que vendemos para o mercado cativo mais o que é distribuído para o mercado livre, mais a energia entregue a outras concessionárias ou permissionárias de distribuição totalizou no 3T14 o volume de 4.534.610 GWh, apresentando um aumento de 3,48 % em relação ao mesmo período do ano anterior.



2.4. Balanço Energético - MWh

LEGENDA								Em MWh	
3º Trimestre de 2014									
3º Trimestre de 2013									
EILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	Contratos				Residencial		%	
76.280	1,62%	4.722.614				1.546.689		38,67%	
77.832	1,73%	4.509.334				1.484.402		38,51%	
ITAPEBI	%	Uso Distribuidoras				Industrial		%	
473.174	10,02%	31.947				680.144		17,01%	
473.174	10,49%	73				661.543		17,16%	
QUOTAS ANGRA	%	Mercado Livre				Comercial		%	
168.697	3,57%	503.323				733.221		18,33%	
169.610	3,76%	527.940				706.584		18,33%	
QUOTAS REPOSIÇÃO	%	Perdas Rede Básica				Rural		%	
1.960.789	41,52%	94.296				425.702		10,64%	
1.983.749	43,99%	86.835				397.604		10,32%	
TERMOPE	%	Deficit				Outros		%	
143.520	3,04%	-134.123				613.585		15,34%	
143.520	3,18%	-116.962				603.980		15,67%	
NC ENERGIA	%								
199	0,00%								
575	0,01%								
AFLUENTE	%								
37.536	0,79%								
37.536	0,83%								
PROINFA	%								
99.762	2,11%								
100.235	2,22%								
MCS D	%								
10.866	0,23%								
10.597	0,23%								
LEILÃO ENERGIA NOVA	%								
1.385.263	29,33%								
1.150.394	25,51%								
TERMOAÇU	%								
366.528	7,76%								
362.112	8,03%								

Injetada		Injetada		Mercado Próprio		Mercado Livre		Perda Distribuição		Uso Distribuidoras	
	%		%		%		%		%		%
5.297.711		5.297.711		3.999.340	75,49%	503.323	9,50%	763.100	14,40%	31.947	0,60%
5.067.474		5.067.474		3.854.113	76,06%	527.940	10,42%	685.348	13,52%	73	0,00%

A energia injetada atingiu o patamar de 5.297.711 MWh no 3T14, apresentando um crescimento de 4,54% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 75,49% foi destinada ao consumo regulado, 9,50% para o consumo do mercado livre, 14,40% representam perdas no processo de distribuição e 0,61% Uso das Distribuidoras.

O mercado livre apresentou um leve decréscimo de 4,66% no 3T14 com relação ao mesmo trimestre de 2013, com um consumo de 503.323 MWh

No 3T14, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um crescimento de 0,88 p.p, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5. Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto no Contrato de Concessão da COELBA, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86% dos quais

10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.

As tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%, conforme tabela a seguir.

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	16,04%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	15,00%
Efeito tarifário médio AT+BT	15,35%



2.6. Energia Contratada

No 3T14 a COELBA participou do 13º Leilão de Energia Existente (A-2014), para contratação de energia elétrica, conforme quadro abaixo:

Coelba	Data	Fonte	Preço	Qt Adquirida MWh	Período
13º Leilão de Energia Existente (A 2014)	30/04/2014	Hidroelétrica	271	654.304	01/03/2014 até 31/12/2019
13º Leilão de Energia Existente (A 2014)	30/04/2014	Termo	262	255.761	01/03/2014 até 31/12/2019

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada para o período de 2014 a 2020 para o mercado da Companhia em 30/09/2014 baseada na expectativa de crescimento.

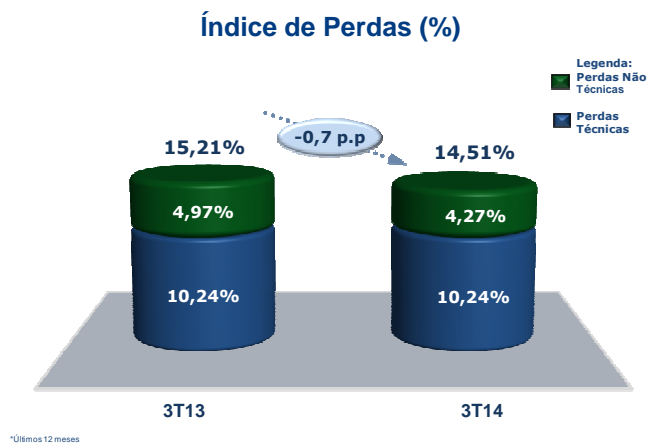
Projeção de Contratação de Energia 2014 a 2020 - GWh



2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades na medição.

As perdas de energia são acompanhadas pela Companhia através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Distribuidora até setembro de 2014, comparado o mesmo período do ano anterior:



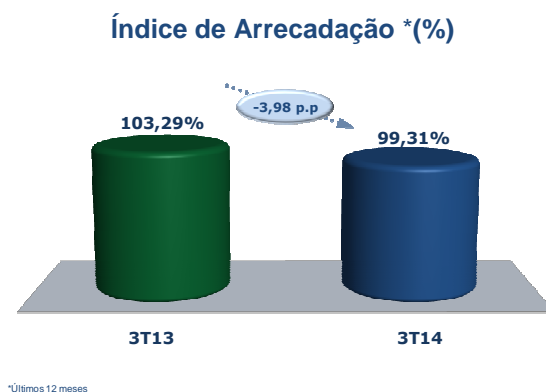
O índice de perdas globais da Companhia diminuiu 0,70 p.p., em decorrência basicamente da redução das perdas não-técnicas, reflexo das ações de combate às perdas comerciais.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de inspeções;
- Regularização de consumidores clandestinos com rede (financiamento de padrão), contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Substituição de equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Melhoria da Gestão do Processo de Faturamento;
- Operação de blindagem de unidades com consumo relevante (clientes com medição em alta tensão ou com medição indireta) e unidades consumidoras em áreas populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes; e
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidoras.

2.8. Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação em função do faturamento vencido até o período acumulados nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. Segue abaixo o índice do 3T14 e seu comportamento em relação ao ano de 2013:



O desempenho da arrecadação apresentado no 3T14, é decorrente da política de cobrança adotada desde 2013, com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento (vencidas até 180 dias), na redução do prazo de parcelamento de 24 para 9 meses (consumidores do grupo B) e de 12 para 6 meses (consumidores do grupo A), bem como no aumento do volume das operações de cobrança.

O IAR é um indicador muito sensível ao faturamento, o seu desempenho neste trimestre foi impactado prioritariamente pelo reajuste tarifário de 15,35% a partir de abril de 2014 e, portanto, a partir de maio tivemos índices abaixo do realizado no mesmo período do ano anterior. Além disto, observamos que alguns clientes de alta tensão começaram a ter dificuldades de pagamento neste ano, reflexo do cenário econômico e do mercado industrial atual da Bahia.

Nossa política de cobrança é pautada na atuação em dívida nova para não deixar envelhecer e na restrição e governança da concessão do crédito. Além de mantermos esta política, nosso planejamento, em síntese, para alavancar o resultado do IAR neste ano é baseado em ações e projetos que visam otimizar a geração das carteiras, eficientizar os processos nas Empresas Prestadoras de Serviço, potencializar a recuperação de créditos através das assessorias e realizar campanhas adicionais de negativação.

Neste período, as ações de cobrança que se destacaram foram:

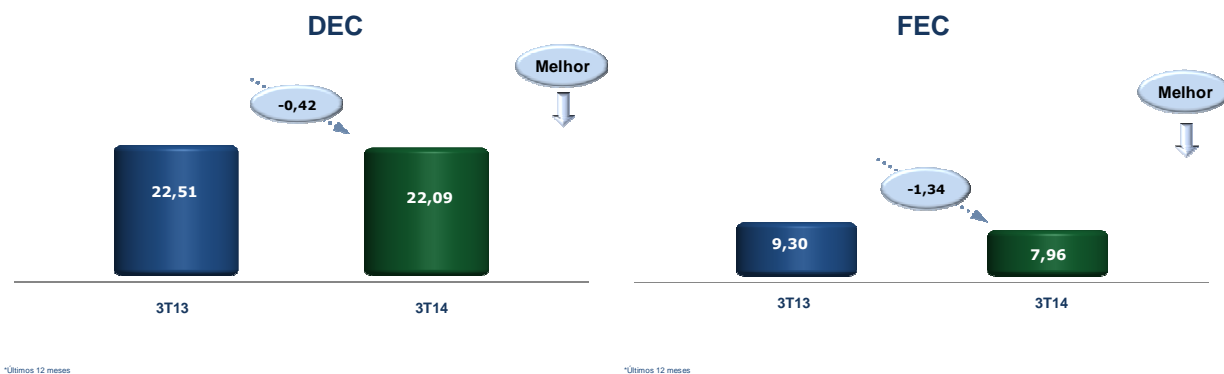
- Realizados 2,5 milhões de inclusões no cadastro de devedores;
- Enviados R\$ 207,6 milhões para cobrança pelas empresas de assessoria de cobrança e recuperado pelas mesmas R\$ 34,51 milhões;
- Atuação nas maiores dívidas.

2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

No 3T14 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC o valor igual há 22,09 horas e para o FEC o valor igual a 7,96 interrupções.

Neste trimestre, os Indicadores de Qualidades DEC e FEC evoluíram como reflexo dos investimentos no sistema elétrico e da melhoria das práticas de manutenção.



3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até setembro de 2014, foi investido o montante de R\$ 659.814, sendo R\$ 274.517, equivalente a 41,01% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Descrição	Acumulado até 30/09/2014	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Distribuição	618.416	274.517
Comercialização	929	0
Administração	40.469	0
Total	659.814	274.517

3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos – EPT, foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público, sendo prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica, considerando a instituição do Programa LUZ PARA TODOS para o período 2011 a 2014.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,6 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até setembro de 2014, a distribuidora já realizou 541.833 ligações, encontra-se em execução 51.236.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS	30/09/2014
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas até 30 Setembro 2014	11.607
Total de Ligações Executadas	541.833
Em execução	51.236
Ligações totais	593.069

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R\$ Mil	%
Receita Bruta	1.726.814	1.587.764	139.050	8,76%
Deduções da Receita Bruta	-448.546	-398.902	-49.644	12,45%
Receita Líquida	1.278.268	1.188.862	89.406	7,52%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-978.845	-894.345	-84.500	9,45%
Resultado Bruto	299.423	294.517	4.906	1,67%
Outras Despesas Operacionais	-165.535	-155.246	-10.289	6,63%
Resultado do Serviço (I)	133.888	139.271	-5.383	-3,87%
Amortização / Depreciação	-81.646	-63.064	-18.582	29,47%
EBITDA	215.534	202.335	13.199	6,52%
Resultado Financeiro (II)	-85.085	-32.262	-52.823	163,73%
Resultado Operacional (I) + (II)	48.803	107.009	-58.206	-54,39%
IR e CSLL	-5.652	-15.300	9.648	-63,06%
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	43.151	91.709	-48.558	-52,95%
Lucro do Período	43.151	91.709	-48.558	-52,95%

4.1.1. Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no 3T14 uma Receita Operacional Bruta de R\$ 1.726.814 (R\$ 1.587.764 no 3T13), representando um incremento de 8,76%, equivalente a R\$ 139.050 milhões e uma Receita Líquida de R\$ 1.278.268 (R\$ 1.188.862 no 3T13), representando um acréscimo de 7,52% correspondente a R\$ 89.406.

Esse incremento é, basicamente, o efeito dos seguintes fatores:

- Aumento na tarifa de venda, em decorrência do reajuste tarifário ocorrido a partir de abril/14 de 14,86% e do crescimento de 3,77% no volume de vendas no mercado cativo equivalente a 145.227 GWh no 3T14 em relação ao 3T13.
- Aumento de 11,73% (R\$ 90.144) na receita de Uso do Sistema de Distribuição –TUSD, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida.
- Redução de 39,68% (R\$ 84.168) na receita de construção (constituídas por investimentos em infra-estrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções do Programa LPT, de R\$ 56.843 em agosto/2014.
- Aumento 11,60% em outras receitas, em função principalmente do ressarcimento de energia de R\$ 20.862 neste trimestre (R\$ 10.033 no 3T13), criada para cobertura do custo adicional de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas.
- Aumento de ICMS no montante de R\$ 51.185 (20,15%), em decorrência, principalmente do:
 - (i) aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços; e
 - (ii) contabilização do ICMS CDE de R\$ 6.106 incidente sobre os consumidores irrigantes, aquicultores, serviços públicos de água, esgoto e saneamento, cooperativas de eletrificação rural, sem contrapartida no período anterior.
- Aumento de 21,88% (R\$ 3.108) nos encargos setoriais. O aumento mencionado refere-se, principalmente, ao crescimento nos encargos do Proinfa estabelecido através da Resolução 1.666 de 10 de dezembro de 2013, e da cota mensal da CDE, alterada através da Resolução 1.685 de 11 de fevereiro de 2014.

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R\$ Mil	%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-606.230	-488.980	-117.250	23,98
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-83.353	-45.596	-37.757	82,81
Sub Total	-689.583	-534.576	-155.007	29,00
CUSTO DE CONSTRUÇÃO				
Custo de Construção	-127.962	-212.130	84.168	-39,68
Sub Total	-127.962	-212.130	84.168	-39,68
Custos e Despesas Gerenciáveis	3T14	3T13	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-69.821	-75.493	5.672	-7,51
Material	-7.518	-13.061	5.543	-42,44
Serviços de terceiros	-126.026	-124.906	-1.120	0,90
Amortização	-81.646	-63.064	-18.582	29,47
Provisões Líquidas - PCLD	-13.632	-9.173	-4.459	48,61
Provisões Líquidas - Contingências	2.998	11.789	-8.791	-74,57
Outros	-29.669	-26.545	-3.124	11,77
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-1.521	-2.432	911	-37,46
Sub Total	-326.835	-302.885	-23.950	7,91
Total	-1.144.380	-1.049.591	-94.789	9,03%

Os custos e despesas operacionais no 3T14 alcançaram R\$ 1.144.379 um incremento de 9,03% equivalente a R\$ 94.789 em relação ao 3T13. Essa variação é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Incremento de 29% equivalente a R\$ 155.007 nos Custos e Despesas Não Gerenciáveis, devido principalmente, por:

- (i) Aumento de 23,98% equivalente a R\$ 117.250 na energia elétrica comprada para revenda;
- (ii) Aumento de 82,81% equivalente a R\$ 37.757 na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema de transmissão – ESS. Esta variação decorre, basicamente, do aumento das despesas com a rede básica, tendo em vista o aumento da demanda de energia observada no 3T14 em relação ao 3T13.

O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:

- Incremento de 4,54% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 3T14 e o 3T13;
 - Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs);
 - Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
 - Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
 - Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontratação involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;
 - Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante o Decreto e 8.221/14, que permitiu o repasse de recursos através da CONTA-ACR. A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 32 milhões no 3T14 e R\$ 334 milhões nos 9M14.
- Redução na COELBA de 39,68% (R\$ 84.168) na receita de construção (constituídas por investimentos em infra-estrutura líquida de recursos de obrigações especiais), impactada pelo recebimento de recursos de subvenções LPT, no de R\$ 56.843 em agosto/2014.
 - Aumento de 7,91% (R\$ 23.950) nos Custos e Despesas Gerenciáveis, impactado pelas seguintes variações líquidas:
 - Redução de 7,51% equivalente a R\$ 5.672 na rubrica Pessoal/Administradores/Entidades de Previdência Privada devido, principalmente, à reversão: (i) do Fundo de Reserva e Fundo Pecúlio da Previdência Privada nos montantes de R\$ 1.275 e R\$ 1.600, respectivamente; e (ii) do custo de pessoal no mesmo período do ano anterior estar impactado pelo encerramento de ODS antigas e pela regularização/baixa de depósitos judiciais pagos como indenização trabalhista.
 - Incremento de 29,47% equivalente R\$ 18.582 na rubrica de amortização, devido basicamente aos investimentos e unitizações (encerramento de obras) ocorridas no período;
 - Incremento de 48,61% equivalente R\$ 4.459 com maior impacto na classe residencial baixa renda, reflexo do reajuste tarifário de Abril/2014 que elevou as tarifas em 10,76%.
 - Redução de 74,57% equivalente R\$ 8.791 na rubrica de Contingências devido a maior realização de reversão de Processos Trabalhistas e Cíveis em função de encerramento de processos.
 - Redução de 37,46% (-R\$ 1.521 versus -R\$ 2.432) na rubrica Taxa de Fiscalização - TFSEE (-R\$ 911) beneficiada pela redução da obrigação mensal de repasse estabelecido através do despacho 676, de 21 de março de 2014 publicado pela Aneel.

Segue abaixo a conciliação dos cálculos do EBITDA:

Conciliação EBITDA (*)	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	3T14	3T13	3T13/14	30/09/2014	30/09/2013	2013/2014
Lucro líquido	43.151	91.709	-52,95%	151.704	424.802	-64,29%
IR/CSSL	1.481	11.061	-86,61%	12.938	66.297	-80,48%
Amortização de ágio e Reversão PMIPL	4.171	4.239	-1,60%	12.512	12.711	-1,57%
Resultado Financeiro	85.085	32.262	163,73%	191.759	125.702	52,55%
Amortização	81.646	63.064	29,47%	230.987	200.669	15,11%
EBITDA	215.534	202.335	6,52%	599.900	830.181	-27,74%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido ajustado pelo imposto de renda e contribuição social, amortização do ágio e reversão da provisão para manutenção da integridade do Patrimônio Líquido, resultado financeiro e amortização. A administração da Companhia entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 599,9 milhões, com redução de 27,74% em relação ao EBITDA dos primeiros nove meses de 2013 (R\$ 830,1 milhões) e redução da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 21,61% de janeiro a setembro de 2013 para 16,18% para o mesmo período de 2014), decorrente principalmente do aumento dos custos de energia comprada em R\$ 155 milhões, devido a exposição involuntária, aumento no despacho de usinas térmicas, crescimento de mercado e ao incremento nos preços médios de contrato de energia.

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	6.703	6.308	395	6,26%
Juros, comissões e acréscimo moratório	20.311	15.586	4.725	30,32%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-88.275	-75.622	-12.653	16,73%
Receita Financeira da Concessão	-9.054	29.946	-39.000	-130,23%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-14.770	-8.480	-6.290	74,18%
Total	-85.085	-32.262	-52.823	163,73%

OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R\$ Mil	%
Multa sobre Fornecedor	1.579	1.117	462	41,36
Previdência Privada	439	168	271	161,31
Atualização Depósitos Judiciais	3.225	1.670	1.555	93,11
Outras Receitas Financeiras	1.739	2.198	-459	-20,88
Sub Total	6.982	5.153	1.829	35
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS				
Multa por Infração/Moratória	-383	-544	161	-30
IOF	-2.618	-294	-2.324	790
Encargos PEE/P&D	-689	-98	-591	603
Perda Acréscimo Moratório	-227	-310	83	-27
Multa Regulatória	-11.580	-2.858	-8.722	305
Atualização Plano de Saúde	0	-118	118	-100
Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	-6.896	-8.050	1.154	-14
Outras Despesas Financeiras	641	-1.361	2.002	-147
Sub Total	-21.752	-13.633	-8.119	1.381
TOTAL	-14.770	-8.480	-6.290	1.416

O resultado financeiro da COELBA, no 3T14, ficou em R\$ 85.085, apresentando um aumento de 163,72% equivalente a R\$ 52.823, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta evolução é o efeito líquido, basicamente, das seguintes variações:

- Incremento de encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 12.653, justificado pelo maior saldo médio de dívida do período (empréstimos, financiamentos e debêntures) e aumento dos seus indexadores (IPCA, IGP-M e CDI).
- Redução na atualização financeira do ativo indenizável da concessão (-R\$ 3 MM) decorrente basicamente da deflação do IGPM (de 0,51% para 0,20%).

- Aumento nas despesas financeiras referente ao pagamento de multas regulatórias (R\$ 8.722).

4.1.4.Principais Indicadores

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	set/14	dez/13	
Receita Operacional Bruta	5.130.677	5.179.821	-0,95%
Receita Operacional Líquida	3.708.333	3.842.452	-3,49%
EBITDA	599.900	830.181	-27,74%
Resultado do Serviço	368.913	629.512	-41,40%
Resultado Financeiro sem JSCP	-191.759	-125.702	52,55%
Lucro Líquido	151.704	424.802	-64,29%
Margem EBITDA (%)	16,18%	21,61%	-5,43 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	17,67%	26,73%	-9,05 p.p
Margem Operacional (%)	9,95%	16,38%	-6,43 p.p
Margem Líquida (%)	4,09%	11,06%	-6,96 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	set/14	dez/13	
Ativo Total	7.827.858	7.633.256	2,55%
Dívida Bruta	3.394.766	3.427.795	-0,96%
Patrimônio Líquido	2.644.252	2.492.289	6,10%
Investimentos	429.870	806.839	-46,72%
Dívida Total Líquida	3.180.485	2.832.236	12,30%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	4,14	2,04	102,62%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,55	0,53	2,65%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,34	0,33	3,46%

Indicadores de Produtividade	Acumulado Até		Variação %
	set/14	dez/13	
Nº de Empregados	2.501	2.500	0,04%
Nº de Consumidores	5.525.493	5.326.901	3,73%
Consumidores/Empregados	2.209	2.131	3,69%
Custos/Consumidores	0,17	0,16	6,25%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.483	1.537	-3,53%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses
(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,73%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando negativamente pela redução da receita líquida.

5. ENDIVIDAMENTO

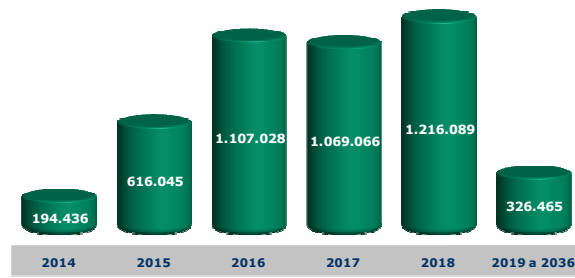
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ R\$ 3.428 mil em 31 de Dezembro de 2013 para R\$ 3.395 mil em 30 de setembro de 2014, apresentado redução de R\$ 33 mil equivalente a 0,96%.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou em setembro de 2014 com R\$ 3.180 mil (R\$ 2.832 mil em dezembro de 2013), 12,30% maior do que a verificada em dezembro de 2013.

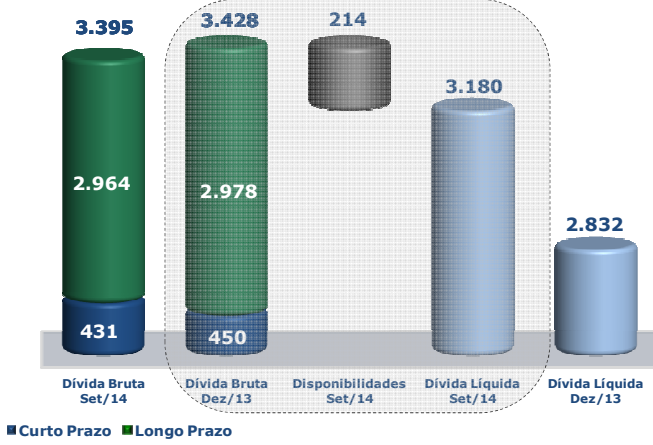
O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,04 em dezembro de 2013 para 4,14 em 30 de setembro de 2014 devido à redução do Caixa e de Títulos e valores mobiliários e do EBITDA no período.

A seguir apresentamos os gráficos referentes ao endividamento da Companhia.

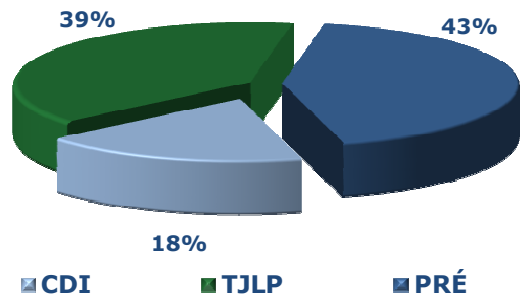
Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)



Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



Endividamento por Indexador (%)



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2014	31/12/2013 <u>(Reclassificado)</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	208.418	573.253
Contas a receber de clientes e outros	4	967.608	817.883
Títulos e valores mobiliários	5	4.572	22.094
Recursos CDE	6	222.304	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	154.355	171.603
Estoques		10.591	12.462
Despesas pagas antecipadamente		13.333	13.494
Entidade de previdência privada		1.600	6.002
Serviços em curso	8	35.978	32.878
Outros ativos circulantes	10	46.472	48.328
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.665.231</u>	<u>1.697.997</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	64.369	85.999
Títulos e valores mobiliários	5	1.291	213
Impostos e contribuições a recuperar	7	57.250	69.742
Impostos e contribuições diferidos	9	326.099	288.852
Depósitos judiciais	11	280.718	203.955
Entidade de previdência privada		14.983	14.983
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	1.838.584	1.593.886
Outros ativos não circulantes	10	2.390	2.834
Outros investimentos		8.666	8.323
Intangível	13	3.568.277	3.666.472
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>6.162.627</u>	<u>5.935.259</u>
ATIVO TOTAL		<u>7.827.858</u>	<u>7.633.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2014	31/12/2013
			<u>(Reclassificado)</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	703.218	464.292
Empréstimos e financiamentos	15	396.950	346.583
Debêntures	16	33.716	103.218
Salários e encargos a pagar	17	56.585	50.056
Taxas regulamentares	18	14.629	31.599
Impostos e contribuições a recolher	19	186.148	136.303
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	101.951	114.778
Provisões	21	32.949	33.978
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		11.587	-
Outros passivos circulantes	22	154.418	385.448
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.692.151</u>	<u>1.666.255</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	42.287	51.177
Empréstimos e financiamentos	15	2.964.100	2.977.995
Taxas regulamentares	18	18.015	2.736
Impostos e contribuições a recolher	19	7.145	15.860
Provisões	21	195.982	166.689
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		244.375	242.246
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	22	17.149	15.607
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>3.491.455</u>	<u>3.474.712</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.231.455	1.230.353
Outros resultados abrangentes		20.880	21.723
Lucros acumulados		151.704	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.644.252</u>	<u>2.492.289</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		<u>7.827.858</u>	<u>7.633.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/2014 a 30/09/14	30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/13 (Reapresentado)	30/09/2013 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	24	1.278.268	3.708.333	1.188.862	3.842.452
CUSTO DO SERVIÇO		(978.845)	(2.867.961)	(894.345)	(2.751.725)
Custo com energia elétrica	25.a)	(689.583)	(2.085.567)	(534.576)	(1.596.159)
Custo de operação	25.b)	(161.299)	(468.537)	(147.639)	(419.475)
Custo de construção	25.b)	(127.963)	(313.857)	(212.130)	(736.091)
LUCRO BRUTO		299.423	840.372	294.517	1.090.727
Despesas com vendas	25.b)	(96.769)	(279.591)	(80.345)	(268.099)
Despesas gerais e administrativas	25.b)	(68.766)	(191.868)	(74.901)	(193.116)
LUCRO OPERACIONAL		133.888	368.913	139.271	629.512
Resultado financeiro		(85.085)	(191.759)	(32.262)	(125.702)
Receitas financeiras	26	210.437	593.813	200.567	440.879
Despesas financeiras	26	(295.522)	(785.572)	(232.829)	(566.581)
LUCRO ANTES DO IR/CS		48.803	177.154	107.009	503.810
Imposto de renda e contribuição social		(5.652)	(25.450)	(15.300)	(79.008)
Corrente		(25.630)	(123.812)	61.927	(70.363)
Diferido		13.679	49.326	(91.253)	(85.820)
Imposto de Renda - SUDENE		10.470	61.548	18.265	89.886
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL		(4.171)	(12.512)	(4.239)	(12.711)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		43.151	151.704	91.709	424.802
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,22	0,78	0,47	2,19
Preferencial A		0,22	0,78	0,47	2,19
Preferencial B		0,24	0,86	0,52	2,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	<u>01/07/2014 a 30/09/14</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a 30/09/13</u>	<u>30/09/2013</u>
			<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do período	43.151	151.704	91.709	424.802
Outros resultados abrangentes				
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(425)	(1.175)	31.475	105.301
Tributos	144	334	(7.986)	(26.718)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(281)	(841)	23.489	78.583
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	<u>42.870</u>	<u>150.863</u>	<u>115.198</u>	<u>503.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido			
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ações	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros					Reserva de Lucros a Realizar	Outras Reservas de Lucros	
													Capital Social
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	875	(76.824)	•	3.391	2.015.221
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos									197				197
Aprovação da proposta de dividendos												(3.391)	(3.391)
Transações de Capital com os Sócios									197			(3.391)	(3.194)
Lucro Líquido do Exercício											424.802		424.802
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										78.583			78.583
Resultado Abrangente										78.583			78.583
Saldos em 30 de setembro de 2013 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	1.072	1.759	424.802	•	2.515.412
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.089	21.721	•	•	2.492.289
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos									1.100				1.100
Transações de Capital com os Sócios									1.100				1.100
Lucro Líquido do Período										151.704			151.704
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										(841)			(841)
Resultado Abrangente										(841)			(841)
Saldos em 30 de junho de 2014	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	2.189	20.880	151.704	•	2.644.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	177.153	503.810
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	236.786	206.344
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	263.971	217.448
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(21.978)	(47.802)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	22.321	19.714
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	33.010	23.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.349	23.803
Atualização monetária do Benefício Pós Emprego	20.628	-
	742.240	947.120
AUMENTO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(138.444)	248.460
IR e CSLL a Recuperar	(18.295)	12.402
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	40.443	3.385
Estoques	1.871	2.354
Depósitos judiciais	(69.556)	(8.379)
Despesas pagas antecipadamente	161	(8.542)
Entidade de previdência privada	4.402	6.669
Outros ativos	(5.973)	(44.469)
	(407.695)	211.623
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	230.036	(114.953)
Salários e encargos a pagar	6.529	6.319
Encargos de dívidas e swap pagos	(199.143)	(169.419)
Taxas regulamentares	(3.664)	(25.772)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	35.353	(46.253)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(48.895)	(3.989)
Indenizações/contingências pagas	(36.306)	(36.495)
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(8.193)	(39.990)
Outras passivos	(229.485)	25.954
	(253.768)	(404.598)
	80.777	754.145
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(659.814)	(820.587)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(306.123)	(316.618)
Resgate de títulos e valores mobiliários	323.112	363.689
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(642.825)	(773.516)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	199.333	260.637
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(202.033)	(158.706)
Amortização do principal de debêntures	(69.378)	(139.864)
Obrigações vinculadas	281.015	131.787
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(11.724)	(167.859)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	197.213	(74.005)
	(364.835)	(93.376)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes no início do período	573.253	252.479
Caixa e equivalentes no final do período	208.418	159.103
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(364.835)	(93.376)

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	30/09/2014	30/09/2013
		(Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	5.130.677	5.179.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.119)	(45.739)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(8.937)	(13.888)
	<u>5.090.621</u>	<u>5.120.194</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(2.084.079)	(1.496.919)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(198.542)	(288.106)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(727.376)	(1.135.383)
	<u>(3.009.997)</u>	<u>(2.920.408)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.080.624	2.199.786
Amortização*	(236.788)	(206.344)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.843.836	1.993.442
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	593.813	440.879
	<u>593.813</u>	<u>440.879</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.437.649	2.434.321
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	107.729	98.614
Encargos sociais (exceto INSS)	28.487	25.770
Entidade de previdência privada	7.674	7.321
Auxílio alimentação	12.702	11.719
Convênio assistencial e outros benefícios	6.701	4.279
Despesas com desligamento	11.091	11.139
Férias e 13º salário	27.684	25.567
Plano de saúde	15.926	6.307
Indenizações trabalhistas	7.461	15.971
Participação no resultado	21.723	15.914
Administradores	4.382	2.638
Encerramento de ordem em curso	1.503	2.058
(-) Transferência para ordens	(42.395)	(45.968)
Subtotal	210.668	181.329
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	27.360	24.823
ICMS	921.991	848.197
PIS/COFINS sobre faturamento	238.801	233.196
Imposto de renda e contribuição social	25.448	79.008
Obrigações intra-setoriais	59.470	65.203
Outros	11.864	6.891
Subtotal	1.284.934	1.257.318
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	785.572	566.581
Aluguéis*	4.771	4.291
Subtotal	790.343	570.872
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	151.704	424.802
Subtotal	151.704	424.802
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	2.437.649	2.434.321

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“COMPANHIA”), sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

Em 30 de setembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$ 26.920. Esse excesso foi decorrente, principalmente, do aumento dos custos com compra de energia derivado da exposição involuntária ao mercado spot e risco hidrológico, bem como pelo atraso no recebimento de repasses governamentais relativos a subsídios homologados pela ANEEL.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

A conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 10/11/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

2.1. Declaração de conformidade

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação desta demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.2.1 Assuntos Regulatórios

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Adicionalmente o Decreto nº 8.221/2014 também estabelece que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE.

2.3. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013 e o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, corrigidos e/ou reclassificados e estão sendo reapresentados.

- a) Correção de erro, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013, foram identificados ajustes do exercício de 2012, relacionados à retificação de erros: (i) na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão; (ii) no reconhecimento do passivo atuarial; e (iii) no reconhecimento do diferencial de de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

b) Reclassificações de saldos para melhor comparabilidade:

- Entidade de previdência privada para outros resultados abrangentes;
- Contribuições a pagar decorrente de PERDCOMP's pendentes de homologação de circulante para o não circulante;
- Saldo classificados incorretamente como partes relacionadas para outros passivos circulantes.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 30 de setembro de 2013:

Balço patrimonial de 30 de setembro de 2013

ATIVO	Ref.	30/09/2013	Ajustes			Reclassificações	30/09/2013
			Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Energia Eletronuclear		
		<u>Divulgado</u>					<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE		1.241.973					1.241.973
NÃO CIRCULANTE							
Impostos e contribuições diferidos	(a)	182.986	88.140		15.889		287.015
Partes Relacionadas	(b)	176				(176)	-
Entidade de previdência privada	(b)	19.996				597	20.593
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(a)	1.491.726					1.491.726
Outros ativos não circulantes	(b)	2.897				176	3.073
Intangível	(a)	3.647.688					3.647.688
Outros não circulantes		385.640					385.640
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.731.109	88.140	-	15.889	597	5.835.735
ATIVO TOTAL		6.973.082	88.140	-	15.889	597	7.077.708

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Ref.	30/09/2013	Ajustes			Reclassificações	30/09/2013
			Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Energia Elettronuclear		
		<u>Divulgado</u>				<u>(Reapresentado)</u>	
CIRCULANTE							
Fornecedores	(a)	397.174			41.824		438.998
Impostos e contribuições a recolher	(a) / (b)	128.763	46.448		9.432	(9.583)	175.060
Outros passivos circulantes	(b)	173.405				89	173.494
Outros circulantes		819.164					819.164
TOTAL DO CIRCULANTE		1.518.506	46.448	-	51.256	(9.494)	1.606.716
NÃO CIRCULANTE							
Impostos e contribuições a recolher	(b)	5.972				9.583	15.555
Obrigações com benefícios pós-emprego	(a)	1.803	270.081				271.884
Partes Relacionadas	(b)	89				(89)	-
Outros não circulantes		2.668.141					2.668.141
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.676.005	270.081	-	-	9.494	2.955.580
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reservas de lucros	(a)	1.102.930	(211.325)		(42.967)		848.638
Outros resultados abrangentes	(a) / (b)	1.420	(258)			597	1.759
Lucro (Prejuízo) Acumulado	(a)	434.008	(16.806)		7.600		424.802
Outros PL		1.240.213					1.240.213
Total do patrimônio líquido		2.778.571	(228.389)	-	(35.367)	597	2.515.412
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.973.082	88.140	-	15.889	597	7.077.708

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente a 30 de setembro de 2013

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 30/09/2013						
Ref.	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.102.930	1.420	434.008	2.778.571
Passivo Atuarial Plano de Saúde	(a)		(211.325)	339	(16.806)	(227.792)
Energia Elettronuclear	(a)		(42.967)		7.600	(35.367)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	542.163	698.050	848.638	1.759	424.802	2.515.412

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2013

Ref.	Demonstração do Resultado Acumulada em				
	30/09/2013				
	Publicado	Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Eletro nuclear	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	3.842.452	-	-	-	3.842.452
Custo do serviço	(a) (2.760.713)	-	-	8.987	(2.751.726)
LUCRO BRUTO	1.081.739	-	-	8.987	1.090.726
Despesas com vendas	(272.374)	4.275	-	-	(268.099)
Despesas gerais e administrativas	(a) (193.116)	-	-	-	(193.116)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	616.249	4.275	-	8.987	629.511
Resultado financeiro	(101.552)	(24.150)	-	-	(125.702)
Receita financeira	(a) 440.879	-	-	-	440.879
Despesa financeira	(a) (542.431)	(24.150)	-	-	(566.581)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	514.697	(19.875)	-	8.987	503.809
Imposto de renda e contribuição social	(80.689)	3.069	-	(1.387)	(79.007)
Corrente	(70.363)	-	-	-	(70.363)
Diferido	(a) (87.501)	3.069	-	(1.387)	(85.819)
Incentivo SUDENE	89.886	-	-	-	89.886
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL	(12.711)	-	-	-	(12.711)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	434.008	(16.806)	-	7.600	424.802

Ref.	Demonstração do Resultado do Período				
	01/07/2013 a 30/09/2013				
	Publicado	Passivo Atuarial Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Eletro nuclear	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	(a) 1.188.862	-	-	-	1.188.862
Custo do serviço	(a) (891.145)	-	(3.720)	518	(894.347)
LUCRO BRUTO	297.717	-	(3.720)	518	294.515
Despesas com vendas	(81.770)	1.425	-	-	(80.345)
Despesas gerais e administrativas	(a) (77.385)	-	2.484	-	(74.901)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	138.562	1.425	(1.236)	518	139.269
Resultado financeiro	(25.887)	(8.050)	1.675	-	(32.262)
Receita financeira	(a) 198.892	-	1.675	-	200.567
Despesa financeira	(a) (224.779)	(8.050)	-	-	(232.829)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	112.675	(6.625)	439	518	107.007
Imposto de renda e contribuição social	(16.175)	1.024	(68)	(80)	(15.299)
Corrente	61.927	-	-	-	61.927
Diferido	(a) (92.128)	1.024	(68)	(80)	(91.252)
Incentivo SUDENE	18.265	-	-	-	18.265
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL	(4.239)	-	-	-	(4.239)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	96.500	(5.601)	371	438	91.708

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 30 de setembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de setembro de 2013

	Ref.	Demonstração do Fluxo de Caixa		
		30/06/2013		
		Publicado*	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	754.146	(1)	754.145
Utilização de caixa em atividades de investimento		(773.516)	-	(773.516)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(a)	(74.006)	1	(74.005)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(93.376)	-	(93.376)
Caixa e equivalentes no início do período		252.479	-	252.479
Caixa e equivalentes no final do período		159.103	-	159.103
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(93.376)	-	(93.376)

* Contempla reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período findo em 30 de setembro de 2013

	Ref.	Demonstração do Valor Adicionado		
		30/06/2013		
		Publicado*	Ajustes	Reapresentado
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.425.333	8.988	2.434.321
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	(1.487.931)	(8.988)	(1.496.919)
Outros		3.913.264	17.976	3.931.240
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2.425.333	8.988	2.434.321
Pessoal	(a)	185.604	(4.275)	181.329
Imposto de renda e contribuição social	(a)	80.689	(1.681)	79.008
Juros e variações cambiais	(a)	542.431	24.150	566.581
Lucro / Prejuízos	(a)	434.008	(9.206)	424.802
Outros		1.182.601	-	1.182.601

* Contempla reclassificações para melhor apresentação

Os saldos a seguir referentes ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados para fins de comparação, conforme segue:

		31/12/2013		
		Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo Circulante				
Outros ativos circulantes	42.267	(6.061)	36.206	
Ativo Não Circulante				
Partes Relacionadas	310	(310)	-	
Outros ativos não circulantes	2.524	310	2.834	
Passivo Circulante				
Fornecedores	500.450	(36.158)	464.292	
Outros passivos circulantes	343.135	42.313	385.448	
Passivo Não Circulante				
Partes Relacionadas	94	(94)	-	

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	23.686	40.314
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	986	6.622
Letras Financeiras do Tesouro	88.600	-
Fundos de Investimento	95.146	526.317
	<u>208.418</u>	<u>573.253</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As Aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2014 é constituída por:

- Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos com maior rentabilidade e menor nível de risco, tais como: Operações Compromissadas, Títulos Públicos, CDB's e Cotas de Fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia;
- Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados, remunerados a percentuais que variam de 90% a 100%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); e
- LFT composto por títulos pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária, registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra. O valor de mercado da LFT apresenta baixa volatilidade, evitando perdas no caso de venda antecipada.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.095.724	1.041.899
Terceiros		1.095.684	1.041.880
Partes relacionadas		40	19
Títulos a receber		6.244	1.995
Terceiros		6.244	1.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.829	14.829
Disponibilização do sistema de distribuição		16.900	14.442
Terceiros		16.318	14.151
Partes relacionadas		582	291
Serviços prestados a terceiros		10.938	11.491
Serviços taxados e administrativos		8.994	10.279
Subvenções / Subsídios Governamentais	(c)	168.667	84.105
Outros créditos		31.246	36.058
Terceiros		31.246	36.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(321.565)	(311.216)
Total		1.031.977	903.882
Circulante		967.608	817.883
Não circulante		64.369	85.999

(a) Consumidores

	Saldo vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	149.971	114.365	195.897	460.233	462.423	(195.905)	(191.606)
Industrial	78.608	7.780	15.592	101.980	84.735	(12.454)	(12.232)
Comercial, serviços e outras	100.114	25.831	44.374	170.319	166.229	(39.870)	(38.133)
Rural	35.497	8.401	25.686	69.584	59.062	(22.366)	(21.831)
	364.190	156.377	281.549	802.116	772.449	(270.595)	(263.802)
Setor público							
Poder público							
Federal	4.309	502	1.311	6.122	7.819	(692)	(652)
Estadual	7.099	1.324	1.407	9.830	11.830	(663)	(495)
Municipal	12.257	5.477	1.742	19.476	19.867	(1.107)	(896)
	23.665	7.303	4.460	35.428	39.516	(2.462)	(2.043)
Iluminação pública	27.519	7.058	3.460	38.037	36.009	(1.007)	(36)
Serviço público	33.635	3.098	2.563	39.296	38.042	(1.864)	(102)
Fornecimento não faturado	180.847	-	-	180.847	155.883	-	-
Total	629.856	173.836	292.032	1.095.724	1.041.899	(275.928)	(265.983)
Circulante				1.038.926	962.070	(275.928)	(265.983)
Não circulante				56.798	79.829	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 14.829 (R\$ 14.829 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Subvenções/Subsídios Governamentais

(c.1) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 53.739 (R\$ 45.969 em 31 de dezembro de 2013) referente aos meses de agosto e setembro de 2014. Em 16 de outubro de 2014 foi repassado o montante de R\$ 26.871, referente à competência agosto/2014.

(c.2) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 15 de abril de 2014, foi emitida a resolução homologatória nº 1.714/2014 aprovando o valor mensal de R\$ 19.123 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2014 a fevereiro de 2015.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 114.928 (R\$ 38.136 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 38.135 referente ao período tarifário anterior e R\$ 76.793 referente aos meses de maio a setembro de 2014. Em 08 de outubro de 2014 foi repassado o montante de R\$ 19.123, referente à competência maio de 2014.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(265.983)	(1.443)	(14.829)	(28.961)	(311.216)
Adições	(105.275)	(183)	-	(3.281)	(108.739)
Reversões	74.560	100	-	2.960	77.620
Baixados a reserva	20.770	-	-	-	20.770
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>(275.928)</u>	<u>(1.526)</u>	<u>(14.829)</u>	<u>(29.282)</u>	<u>(321.565)</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/14	31/12/13
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.238	4.732
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	jul-14	CDIC	-	766
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jul-16	CDI	-	11.661
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	5
Bradesco	(a)	LFT	set-14	CDI	27	867
Bradesco	(a)	CDB	abr-14	CDI	-	11
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	dez-14 / jan-15 / fev-15 / fev-17	CDI	1.745	1.614
Votorantim	(a)	CDB	jan-15	CDI	2.853	2.651
Total					<u>5.863</u>	<u>22.307</u>
Circulante					4.572	22.094
Não circulante					1.291	213

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.307
Aplicações	306.123
Resgates	(323.112)
Remuneração	545
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>5.863</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. RECURSOS CDE – CONTA ACR

O Decreto 8.221/14 definiu a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas.

Os recursos CDE (CONTA-ACR) estão contabilizados na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia, no montante total de R\$ 556.541, compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

Em setembro de 2014, a Companhia já havia recebido R\$ 334.237 para a cobertura de custos, conforme Despachos ANEEL nºs 1.256/2014, 1.443/2014, 1.696/2014, 2.866/2014, 3.017/2014, e 3.588/2014.

Adicionalmente a Companhia possui um contas a receber em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$ 222.304, sendo R\$ 16.859 referente ao complemento dos valores a receber de julho de 2014 e R\$ 84.780 referente a agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 3.968/2014 os quais foram repassados em 06 de outubro de 2014 e R\$ 120.665 referente a exposição involuntária no mercado de curto prazo e CCEAR's na modalidade por disponibilidade no mês de setembro de 2014.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	39.214	42.923
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	34.956	20.544
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	58.544	50.338
Programa de integração social - PIS	(c)	4.027	43.973
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	15.568	11.911
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		2.046	1.849
Outros		-	65
		<u>154.355</u>	<u>171.603</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	54.838	67.329
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.412	2.413
		<u>57.250</u>	<u>69.742</u>
Total		<u>211.605</u>	<u>241.345</u>

- (a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 101.566 (R\$ 117.023 em 31 de dezembro de 2013).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 11.816 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2013).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de:

c.1) Regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, nos montantes de R\$ 19.594 em 30 de setembro de 2014 e R\$ 14.503 em 31 de dezembro de 2013;

c.2) Decisão favorável à Companhia para o Mandato de Segurança impetrado em 1998 com relação ao PIS recolhido à maior, em razão da majoração realizada pelos Decretos nos. 2.445 e 2.249, no período de setembro/88 a outubro/95, quanto à semestralidade da base de cálculo. O reconhecimento do crédito no montante de R\$ 41.382 ocorreu após a emissão do trânsito em julgado, em 29/10/2013. A Companhia entrou com o pedido de compensação junto à Receita Federal, que foi homologado em julho/2014. Este valor foi integralmente compensado em agosto e setembro de 2014.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 21 – Provisões.

8. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/14	31/12/13
Serviço próprio	6.049	6.900
Serviços prestados a terceiros	29.929	25.978
Total	<u>35.978</u>	<u>32.878</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos são transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 22 – Outros Passivos).

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	(a)	165.193	115.433
Diferido ativo		282.104	211.130
Diferido passivo		(116.911)	(95.697)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	160.906	173.419
Total		<u>326.099</u>	<u>288.852</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	Ativo			
	30/09/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	442.798	110.759	327.609	81.962
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	604.819	54.434	371.900	33.471
Total		<u>165.193</u>		<u>115.433</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	30/09/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52.035	52.035	36.701	36.701
Provisão para passivo atuarial	254.296	254.296	241.116	241.116
Provisão contencioso	211.451	211.451	183.188	183.188
Provisão PLR	10.741	10.741	14.428	14.428
Incentivo fiscal Sudene	-	-	25.781	-
Ajustes Base Regulatória	(69.432)	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	57.647	57.647	28.598	28.598
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.251	1.251
Ativos e passivos regulatórios	266.418	266.418	112.113	112.113
Outros	10.445	10.445	19.078	19.078
Total Ativo	<u>811.945</u>	<u>881.377</u>	<u>609.915</u>	<u>653.566</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(15.683)	(15.683)	(22.000)	(22.000)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(175.098)	(174.458)	(154.632)	(153.991)
Ajuste da quota anual de amortização	(1.715)	(1.715)	(13.944)	(13.944)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(65.345)	(65.345)	(63.536)	(63.536)
Déficit plano previdenciário	300	300	(237)	(237)
Superávit plano previdenciário	(14.229)	(14.229)	(20.869)	(20.869)
Custo de captação	(5.426)	(5.428)	(7.088)	(7.089)
Outros	(91.951)	-	-	-
Total Passivo	<u>(369.147)</u>	<u>(276.558)</u>	<u>(282.306)</u>	<u>(281.666)</u>
Total Líquido	<u>442.798</u>	<u>604.819</u>	<u>327.609</u>	<u>371.900</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Deliberação CVM nº. 371/02 e CPC 32 (aprovado pela Deliberação CVM 599/09).

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2014 e 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/14		30/09/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	177.154	177.154	503.810	503.810
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.512)	(12.512)	(12.711)	(12.711)
Ajustes decorrentes do RTT	158.329	158.329	(53.974)	(53.974)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	322.971	322.971	437.125	437.125
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	80.743	29.067	109.281	39.341
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	13	-	13
Contribuições e doações	2	1	61	22
Multas indedutíveis	59	21	61	22
Depreciação veículos executivos	34	12	30	11
Outras adições	323	(792)	5.472	1.681
	418	(745)	5.624	1.749
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(6.072)	(2.186)	(6.169)	(2.221)
Incentivo fiscal SUDENE	(61.549)	-	(89.887)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(2.405)	-	(1.821)	-
	(70.026)	(2.186)	(97.877)	(2.221)
Imposto de renda e contribuição social no período	11.135	26.136	17.028	38.869
Diferido de diferença temporária de RTT	(10.101)	(14.232)	5.524	4.876
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.034	11.904	22.552	43.745
Corrente	29.512	32.752	(38.428)	18.905
Recolhidos e Pagos	21.209	26.620	25.899	38.549
À pagar	3.213	3.630	-	1.066
Compensados e deduzidos	2.709	3.819	2.604	-
Impostos antecipados a recuperar	2.381	(1.317)	(66.931)	(20.710)
Diferido	(28.478)	(20.848)	60.980	24.840
	1.034	11.904	22.552	43.745

	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/14		30/09/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	48.803	48.803	107.009	107.009
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.171)	(4.171)	(4.239)	(4.239)
Ajustes decorrentes do RTT	1.404	1.404	(39.003)	(39.003)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	46.036	46.036	63.767	63.767
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	11.509	4.143	15.942	5.739
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	4	-	6
Contribuições e doações	1	-	59	21
Multas indedutíveis	13	5	20	7
Depreciação veículos executivos	11	4	13	5
Outras adições	218	117	2.865	1.069
	243	130	2.957	1.108
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.024)	(729)	(2.056)	(740)
Incentivo fiscal SUDENE	(10.471)	-	(18.266)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.157)	-	(643)	-
	(13.652)	(729)	(20.965)	(740)
Imposto de renda e contribuição social no período	(1.900)	3.544	(2.066)	6.107
Diferido de diferença temporária de RTT	(54)	(109)	3.504	3.516
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.954)	3.435	1.438	9.623
Corrente	8.037	7.123	(64.557)	(15.635)
Recolhidos e Pagos	3.541	3.073	6.276	9.178
À pagar	3.871	3.266	(6.374)	(4.484)
Compensados e deduzidos	599	784	2.604	-
Impostos antecipados a recuperar	26	-	(67.063)	(20.329)
Diferido	(9.991)	(3.688)	65.995	25.258
	(1.954)	3.435	1.438	9.623

23

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A opção poderá ser antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014, cujo prazo para envio foi prorrogado para 07/11/2014, com possibilidade de alterar a sua opção na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, conforme IN 1.499 de 14/10/2014.

A Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

10. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		3.733	1.537
Adiantamentos a fornecedores	(a)	25.077	18.808
Serviços prestados a terceiros		1.365	3.621
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	12.465	13.667
Cobrança extra judicial		467	770
Uso mútuo de postes		1.544	6.106
Sub-rogação CCC		1.167	1.457
Outros créditos a receber		3.044	5.196
Total		<u>48.862</u>	<u>51.162</u>
Circulante		<u>46.472</u>	<u>48.328</u>
Não circulante		2.390	2.834

(a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Trabalhistas		130.500	115.230
Cíveis		89.626	62.227
Fiscais:		54.205	21.576
PIS / COFINS		2.309	2.220
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	9.069	8.508
Impostos municipais	(b)	2.201	2.373
ICMS	(c)	24.491	6.258
INSS		720	694
IRPJ	(d)	13.506	-
Outros		1.909	1.523
Outros		6.387	4.922
Total		280.718	203.955

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial no montante de R\$ 6.673 realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados e depósito judicial no montante de R\$ 17.818 realizado com a finalidade de suspender o débito do auto de infração referente a redução base de cálculo ICMS, processo ajuizado em agosto de 2014.
- (d) Depósito judicial referente à IRPJ, realizado com a finalidade de suspender a exigibilidade do saldo devedor no débito consolidado do REFIS previsto na Lei 9.964/2000.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide nota 13) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 30 de setembro de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		1.593.886
Baixas		(1.383)
Transferências	(a)	224.103
Atualização monetária / valor justo		<u>21.978</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014		<u><u>1.838.584</u></u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 24) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

No terceiro trimestre de 2014 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 11.831 (R\$ 11.130 no terceiro trimestre de 2013) cuja taxa média de capitalização foi de 0,74% no período.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2014				31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,95%	7.972.718	(3.614.465)	(1.545.384)	2.812.869	2.773.815
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.070.403	-	(314.995)	755.408	892.657
Total		<u>9.043.121</u>	<u>(3.614.465)</u>	<u>(1.860.379)</u>	<u>3.568.277</u>	<u>3.666.472</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.662.069	(3.353.642)	(1.534.612)	2.773.815	1.075.720	(183.063)	892.657	3.666.472
Adições	-	-	-	-	659.814	(281.015)	378.799	378.799
Baixas	(53.433)	45.627	-	(7.806)	(13.132)	-	(13.132)	(20.938)
Amortizações	-	(306.450)	75.332	(231.118)	-	-	-	(231.118)
Transferências - Intangíveis	342.575	-	(90.818)	251.757	(342.575)	90.818	(251.757)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	396	-	-	396	(302.392)	77.893	(224.499)	(224.103)
Transferências - Outros (b)	21.111	-	4.714	25.825	(7.032)	(19.628)	(26.660)	(835)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>7.972.718</u>	<u>(3.614.465)</u>	<u>(1.545.384)</u>	<u>2.812.869</u>	<u>1.070.403</u>	<u>(314.995)</u>	<u>755.408</u>	<u>3.568.277</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Fornecedores	30/09/14	31/12/13
Energia elétrica:	519.706	351.565
Terceiros	467.906	263.627
Partes relacionadas	51.800	87.938
Encargos de uso da rede	2.184	13.953
Terceiros	137	12.034
Partes relacionadas	2.047	1.919
Materiais e serviços	192.120	120.357
Terceiros	191.587	119.937
Partes relacionadas	533	420
Energia livre	31.495	29.594
Total	745.505	515.469
Circulante	703.218	464.292
Não circulante	42.287	51.177

Os montantes classificados no não circulante referem-se basicamente a:

- Valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 31.945, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 25 de agosto de 2013 houve deferimento de medida liminar, atribuindo efeito suspensivo até o julgamento; e
- O valor de R\$ 10.792 refere-se ao reconhecimento do diferencial de energia da Eletronuclear, resultado da Lei nº 12.111/2009, que alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras. A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos			Total	
			Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	30/09/14	31/12/13
Moeda nacional							
BNB		10,41% a.a. a 13,20% a.a.	1.086	65.864	156.227	223.177	272.858
(-) Custos de transação			-	(565)	(650)	(1.215)	(1.766)
			1.086	65.299	155.577	221.962	271.092
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP+ 5,38% a.a. / 8,06% a.a.	3.110	199.969	818.301	1.021.380	978.067
(-) Custos de transação			-	(66)	(176)	(242)	(268)
			3.110	199.903	818.125	1.021.138	977.799
Eletrobrás		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	26.283	119.734	146.017	166.290
(-) Custos de transação			-	(230)	(809)	(1.039)	(1.231)
			-	26.053	118.925	144.978	165.059
FINEP	(a.2)	5,02% a.a. a 5,41% a.a.	121	15.715	44.051	59.887	51.259
(-) Custos de transação			-	(163)	(209)	(372)	(304)
			121	15.552	43.842	59.515	50.955
Banco do Brasil		108% do CDI e 14,03% a.a.	14.247	-	400.000	414.247	400.744
(-) Custos de transação			-	(661)	(1.626)	(2.287)	(2.710)
			14.247	(661)	398.374	411.960	398.034
BONDS BRL		9,97% a.a. a 15,93% a.a.	19.975	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação			-	(865)	(497)	(1.362)	(2.011)
			19.975	(865)	399.503	418.613	406.214
Total moeda nacional			38.539	305.281	1.934.346	2.278.166	2.269.153
Moeda estrangeira							
Títulos Externos		Libor 6M + 1,5% a.a	1.716	5.133	362.446	369.295	351.107
Operações com swap		103,27%, 100,40%, 102,87%, 102,60% do CDI	-	(41.807)	(18.929)	(60.736)	(69.961)
			1.716	(36.674)	343.517	308.559	281.146
BANK OF AMERICA		Libor 3M + 1,7% a.a.	405	10.047	500.332	510.784	487.935
Operações com swap		CDI + 0,552% a.a., CDI + 0,60% a.a., CDI + 0,61% a.a. e 106% do	-	36.041	(114.816)	(78.775)	(57.507)
			405	46.088	385.516	432.009	430.428
Banco Tokio		Libor 3M + 0,8% a.a.	53	1.337	116.781	118.171	112.148
Operações com swap		CDI + 0,60% a.a.	-	9.865	(24.751)	(14.886)	(9.099)
			53	11.202	92.030	103.285	103.049
CITIBANK		Libor 3M + 0,970% a.a.	217	2.863	228.122	231.202	220.080
		104,5% do CDI	-	21.174	(29.516)	(8.342)	1.973
			217	24.037	198.606	222.860	222.053
JP MORGAN		2,94% a.a.	69	1.696	56.716	58.481	55.592
Operações com swap			-	4.321	(5.739)	(1.418)	1.297
			69	6.017	50.977	57.063	56.889
Total moeda estrangeira			2.460	50.670	1.070.646	1.123.776	1.093.565
(-) Garantias depósitos vinculados			-	-	(40.892)	(40.892)	(38.140)
Total			40.999	355.951	2.964.100	3.361.050	3.324.578

(a) Captações e renegociações de recursos no período

(a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 4.250 em janeiro de 2014 e R\$ 176.884 em julho de 2014 para financiamento de investimentos realizados em 2013 e 2014, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013 e julho de 2014.

(a.2) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu R\$ 10.553 em abril de 2014 e R\$ 7.646 em setembro de 2014 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os empréstimos em moeda estrangeira com base na Lei 4.131: Títulos Externos, Bank of América, N.A. 2012, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, Bank of América, N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013 contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- Títulos Externos, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013 e JP Morgan, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2;
- Bank of América, N.A. 2012 e 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2.

Nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante são os seguintes:

	30/09/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	101.084	(606)	100.478	286.707	(2.432)	284.275
2016	837.456	(1.683)	835.773	805.432	(1.633)	803.799
2017	844.712	(919)	843.793	811.366	(887)	810.479
2018	933.129	(458)	932.671	908.109	(443)	907.666
2019	106.453	(127)	106.326	77.692	(124)	77.568
Após 2019	186.125	(174)	185.951	132.520	(172)	132.348
Total obrigações	<u>3.008.959</u>	<u>(3.967)</u>	<u>3.004.992</u>	<u>3.021.826</u>	<u>(5.691)</u>	<u>3.016.135</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(40.892)			(38.140)
Total			<u>2.964.100</u>			<u>2.977.995</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos no período é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>299.473</u>	<u>1.931.540</u>	<u>47.110</u>	<u>1.046.455</u>	<u>3.324.578</u>
Ingressos	-	199.333	-	-	199.333
Encargos	141.000	-	16.064	-	157.064
Varição monetária e cambial	-	-	(18)	57.712	57.694
Swap	-	-	59.425	(46.737)	12.688
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	519	5.745	6.264
Transferências	234.456	(234.456)	(7.471)	7.471	-
Amortizações e pagamentos de juros	(333.092)	-	(62.499)	-	(395.591)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(2.752)	-	-	(2.752)
(-) Custos de transação	1.983	(211)	-	-	1.772
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>343.820</u>	<u>1.893.454</u>	<u>53.130</u>	<u>1.070.646</u>	<u>3.361.050</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	30/09/14		31/12/13
						Encargos	Principal	Total
						Circulante	Circulante	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		-	-	7.365
Operações com swap					IGPM+13,95	-	-	16.648
						-	-	24.013
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	10,94%		1.213	32.515	33.728
(-) Custos de transação						-	(12)	(12)
						1.213	32.503	33.716
Total						1.213	32.503	33.716
								103.218

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	103.218
Encargos	5.000
Variação monetária e cambial	221
Swap	105
Efeito cumulativo marcação a mercado	54
Amortizações e pagamentos de juros	(74.962)
(-) Custos de transação	80
Saldo em 30 de setembro de 2014	33.716

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/14	31/12/13
Salários	76	4.087
Encargos sociais	11.130	7.687
Provisões férias e 13º salário	30.405	21.092
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.841	2.601
Provisão PLR	(a) 12.970	14.427
Outros	163	162
Total	56.585	50.056

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação até 30 de setembro de 2014 é de R\$ 12.970 (R\$ 14.427 em 31 de dezembro de 2013).

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.611	877
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(a)	1.416	1.610
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	24.142	24.862
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	4.801	5.886
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		507	810
Ministério de Minas e Energia - MME	(a)	167	290
Total		<u>32.644</u>	<u>34.335</u>
Circulante		14.629	31.599
Não circulante		18.015	2.736

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Ministério de Minas e Energia - MME e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008, 316/2008, 504/2012 e 556/2013.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/14	31/12/13
Circulante		
Imposto de renda - IR	35.676	57.160
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	33.808	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	51.431	37.092
Programa de integração social - PIS	7.164	4.602
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	33.135	21.205
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.140	3.135
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.018	1.011
Imposto sobre serviços - ISS	824	615
Recuperação fiscal - REFIS	2.535	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	12.755	9.742
Outros	4.662	1.741
	<u>186.148</u>	<u>136.303</u>
Não circulante		
Imposto de renda - IR	-	1.378
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.044	5.245
Programa de integração social - PIS	-	2.018
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	7.146
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	73
Recuperação fiscal - REFIS	3.029	-
	<u>7.145</u>	<u>15.860</u>
Total	<u>193.293</u>	<u>152.163</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2014, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	114.778
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Pagos no período	(11.724)
Prescritos	(1.103)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>101.951</u>

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 32.949, classificada no passivo circulante (R\$ 33.978 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 195.982 no não circulante (R\$ 166.689 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	109.862	57.214	11.376	22.215	200.667
Constituição	17.039	20.545	7.533	6.836	51.953
Baixas/reversão	(19.828)	(22.082)	(6.458)	(6.882)	(55.250)
Atualização	15.707	9.357	1.452	5.045	31.561
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>122.780</u>	<u>65.034</u>	<u>13.903</u>	<u>27.214</u>	<u>228.931</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Trabalhistas	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
	atualizado	Instância		30/09/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	80.838	1ª, 2ª e 3ª	Provável	80.838	66.686
	145.811	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	71.546	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	33.158	1ª, 2ª e 3ª	Provável	33.158	34.613
	216.590	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	56.270	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	8.784	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.784	8.563
	19.747	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	9.058	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	641.802			122.780	109.862

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/09/14	31/12/13
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	11.992	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.992	11.991
Indenização por perdas	(b)	45.246	1ª, 2ª e 3ª	Provável	45.246	42.586
Acidente terceiros/trabalho		3.890	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.890	
Comerc. energia e produtos	(c)	498	1ª, 2ª e 3ª	Provável	498	300
Irregularidade de consumo	(c)	3.203	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.203	2.157
Outras	(c)	205	1ª, 2ª e 3ª	Provável	205	180
		32.511	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.797	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		99.342			65.034	57.214

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias n.º 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, e o valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/14	31/12/13
ICMS	(a)	171.416	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.405	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.405	2.293
		20.766	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.434	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	12.436	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	6	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6	4
		2.092	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
REFIS	(e)	20.338	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	35.129	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	12.368	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.022	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	479.554	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	3.674	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.674	3.499
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.886	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	6.198	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.930	Administrativa	Possível	-	-
		1.547	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.533	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		7.818	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.818	5.580
		243	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		420	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		809.841			13.903	11.376

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.3) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Serrinha, Cadeias e Jequié. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desses processos foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(l) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref. (a) / (b) / (c)	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/14	31/12/13
Auto de Infração ANEEL		27.214	1ª, 2ª e 3ª	Provável	27.214	22.215
		28.443	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>55.657</u>			<u>27.214</u>	<u>22.215</u>

(a) Auto de infração referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL. Em Janeiro de 2013, foi emitido Juízo de Reconsideração por meio do qual a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE decidiu manter as penalidades de advertência e de multa. Em setembro de 2012 a Coelba apresentou recurso e em Julho de 2014 foi deliberado pela Diretoria da ANEEL a manutenção da multa. A Coelba ajuizou ação para discutir judicialmente o assunto, depositando o valor da multa em juízo. Em 29/08/2014 foi deferida liminar para suspensão da exigibilidade da multa. Valor atualizado até setembro/14 é de R\$ 20.909. O processo encontra-se na fase instrutória.

(b) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição. O processo já foi julgado pela ANEEL. A Coelba impetrou ação judicial contra a decisão, em maio/2012, sendo obtida antecipação de tutela com efetivação de depósito judicial. Em Julho/2014 foi prolatada sentença procedente em parte, sendo provisionado o processo em razão da sentença. Valor atualizado do processo até Setembro/2014 é de R\$ 4.982. A Coelba apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ação ordinária interposta pela Coelba em 12/09/2011, com o objetivo de desconstituir despacho da Aneel de n. 3.421/11 e visando afastar qualquer sanção ou penalidade, em razão da utilização de faturamento por média, quando da troca do sistema SAP/CCS. Valor atualizado até setembro/14 é de R\$ 1.323.

22. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref</u>	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Consumidores	(a)	35.882	40.049
Plano de saúde		-	4.347
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		3.661	2.550
Convênios		150	243
Caução em garantia	(b)	108.756	103.166
Adiantamentos recebidos	(c)	16.375	194.954
Fatura Cartão de Crédito	(d)	-	36.158
Devolução CDE		-	6.061
Outras		6.743	13.527
Total		<u>171.567</u>	<u>401.055</u>
Circulante		<u>154.418</u>	<u>385.448</u>
Não circulante		17.149	15.607

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 8 – Serviços em Curso).
- (d) Pagamentos diversos efetuados via cartão de crédito, liquidados na data de vencimento da obrigação.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.083	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.890	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.725	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.144	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.413	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.245	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.728	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.680	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no trimestre findo em 30 de setembro de 2014 o valor de R\$ 61.548 (R\$ 89.886 em 30 de setembro de 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos		
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	
Fornecimento de energia	(a)	696.257	567.736	2.089.278	1.547.785
Receita de distribuição		594.293	506.538	1.778.420	1.348.693
Remuneração financeira wacc		101.964	61.198	310.858	199.092
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	-	-	2
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(b)	858.780	768.636	2.574.257	2.771.209
Receita de distribuição		856.720	766.459	2.567.351	2.763.102
Remuneração financeira wacc		2.060	2.177	6.906	8.107
Receita de construção da infraestrutura da concessão		127.962	212.130	313.855	736.091
Outras receitas	(c)	43.815	39.262	153.287	124.734
Total receita bruta		1.726.814	1.587.764	5.130.677	5.179.821
(-) Deduções da receita bruta	(d)	(448.546)	(398.902)	(1.422.344)	(1.337.369)
Total receita operacional líquida		1.278.268	1.188.862	3.708.333	3.842.452

(a) Fornecimento de energia

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	Ref.	Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Consumidores:							
Residencial		4.864.350	4.677.376	4.861.861	4.572.611	1.896.854	1.820.932
Industrial		17.124	19.444	1.992.296	1.910.298	571.815	502.518
Comercial		341.108	326.548	2.331.650	2.236.720	1.014.089	968.918
Rural		210.226	207.381	1.120.475	1.109.897	216.766	201.050
Poder público		47.549	46.392	495.662	497.715	185.390	187.473
Iluminação pública		16.485	16.321	688.185	650.877	127.491	115.357
Serviço público		10.793	10.087	651.520	642.204	143.619	132.187
Consumo próprio		448	411	11.062	11.512	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	24.964	(65.718)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(2.469.079)	(2.663.645)
		<u>5.508.083</u>	<u>5.303.960</u>	<u>12.152.711</u>	<u>11.631.834</u>	<u>1.711.909</u>	<u>1.199.072</u>
Subvenções		-	-	-	-	377.369	348.713
Total		<u>5.508.083</u>	<u>5.303.960</u>	<u>12.152.711</u>	<u>11.631.834</u>	<u>2.089.278</u>	<u>1.547.785</u>

	Ref.	Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
		30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Consumidores:							
Residencial		4.864.350	4.677.376	1.546.689	1.484.402	622.748	536.365
Industrial		17.124	19.444	680.144	661.543	204.832	167.304
Comercial		341.108	326.548	733.221	706.584	334.984	288.374
Rural		210.226	207.381	425.702	397.604	83.145	67.371
Poder público		47.549	46.392	155.402	157.137	61.599	56.246
Iluminação pública		16.485	16.321	239.113	226.508	45.953	38.596
Serviço público		10.793	10.087	215.824	216.677	49.574	43.313
Consumo próprio		448	411	3.245	3.658	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(14.665)	(23.332)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(827.992)	(738.333)
		<u>5.508.083</u>	<u>5.303.960</u>	<u>3.999.340</u>	<u>3.854.113</u>	<u>560.178</u>	<u>435.904</u>
Subvenções		-	-	-	-	136.079	131.832
Total		<u>5.508.083</u>	<u>5.303.960</u>	<u>3.999.340</u>	<u>3.854.113</u>	<u>696.257</u>	<u>567.736</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n° 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86%, dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%*.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão Tarifária	Ref.	
Receita Verificada (RV)	(1)	4.204.166
Encargos Setoriais		277.253
Compra de Energia Elétrica		2.311.901
Transporte de Energia		155.307
Parcela A		2.744.460
Parcela B (com ajustes 2º CRTP e Mercado)		1.912.126
Receita Requerida - RR (Parcela A +B)	(2)	4.656.586
Outras Receitas (OR)	(3)	150.006
CVA e Neutralidade		37.020
Subsídios Tarifários		518
Total Comp. Financeiros e Subsídios		187.544
Reposicionamento Tarifário [(2) - (3)] / (1)]	(4)	10,76%
Componentes Financeiros e Subsídios	(5)	4,10%
Reposicionamento Tarifário Total [(4) + (5)]		14,86%
Efeito Médio Percebido pelo Consumidor (*)		15,35%

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	30.788	30.302	105.178	107.564
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	827.992	738.334	2.469.079	2.663.645
	<u>858.780</u>	<u>768.636</u>	<u>2.574.257</u>	<u>2.771.209</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(c) Outras Receitas

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Renda da prestação de serviços	12.394	14.349	19.355	24.935
Arrendamentos e aluguéis	3.632	7.954	18.509	21.598
Serviço taxado	3.239	3.062	8.509	9.133
Taxa de iluminação pública	1.405	1.145	3.998	3.735
Administração de faturas de fraudes	79	386	468	747
Comissão serviços de terceiros	1.216	585	3.138	2.535
Ressarcimento Energia	20.862	10.033	96.617	60.303
Outras receitas	988	1.748	2.693	1.748
	<u>43.815</u>	<u>39.262</u>	<u>153.287</u>	<u>124.734</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
IMPOSTOS:				
ICMS	(305.185)	(254.000)	(921.991)	(848.197)
PIS	(22.076)	(23.071)	(78.715)	(76.308)
COFINS	(102.170)	(106.442)	(363.266)	(351.454)
ISS	(1.800)	(1.182)	(4.374)	(3.352)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	-	(5.378)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.832)	(2.632)	(13.030)	(7.894)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	-	(8.740)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(4.790)	(4.826)	(16.129)	(14.199)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.916)	(1.930)	(6.451)	(6.335)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(958)	(965)	(3.226)	(3.167)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.916)	(1.930)	(6.451)	(6.335)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(2.903)	(1.924)	(8.711)	(5.770)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	-	(240)
Total	<u>(448.546)</u>	<u>(398.902)</u>	<u>(1.422.344)</u>	<u>(1.337.369)</u>

25.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO**a) Custo de Energia Elétrica**

	Período de três meses findo em				Período acumulado de nove meses findos em			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
<u>Energia comparada para revenda</u>								
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	1.472.409	1.238.822	(619.928)	(213.541)	4.327.913	3.663.045	(1.469.124)	(757.358)
Energia adquirida contrato bilateral	1.020.957	1.016.917	(185.635)	(168.622)	3.047.017	3.036.330	(535.317)	(487.490)
Contratos por cotas de garantia física	1.960.789	1.983.749	(61.768)	(67.943)	6.145.836	6.055.631	(186.303)	(191.793)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	168.697	169.610	(24.891)	(22.823)	500.666	503.376	(74.673)	(68.469)
Energia curto prazo - PLD	109.597	-	(68.006)	(35.887)	450.306	-	(422.850)	(198.994)
PROINFA	99.762	100.235	(21.986)	(21.331)	279.059	281.510	(65.958)	(63.992)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	70.071	(2.058)	-	-	102.088	(11.343)
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	254.335	(9.183)	-	-	568.058	282.521
Créditos de PIS e COFINS	-	-	51.578	52.408	-	-	185.309	178.626
Total	<u>4.832.211</u>	<u>4.509.333</u>	<u>(606.230)</u>	<u>(488.980)</u>	<u>14.750.797</u>	<u>13.539.892</u>	<u>(1.898.770)</u>	<u>(1.318.292)</u>
<u>Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição</u>								
Encargos de rede básica			(55.268)	(33.287)			(125.322)	(87.103)
Encargos de conexão			(5.205)	(5.012)			(15.210)	(14.800)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(1.385)	(2.401)			(4.668)	(9.024)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(24.972)	(7.625)			(53.343)	(177.179)
Créditos de PIS e COFINS			3.477	2.729			11.746	10.239
			<u>(83.353)</u>	<u>(45.596)</u>			<u>(186.797)</u>	<u>(277.867)</u>
			<u>(689.583)</u>	<u>(534.576)</u>			<u>(2.085.567)</u>	<u>(1.596.159)</u>

b) Custo de operação e despesas operacionais

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo / Despesas	Período acumulado de nove meses findos em				
	30/09/14				30/09/13
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(112.782)	(48.598)	(64.040)	(225.420)	(195.678)
Administradores	-	-	(4.973)	(4.973)	(3.153)
Entidade de previdência privada	(4.593)	(1.581)	(1.461)	(7.635)	(7.321)
Material	(11.060)	(2.051)	(908)	(14.019)	(21.888)
Serviços de terceiros	(132.549)	(165.572)	(65.523)	(363.644)	(354.016)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(5.472)	-	-	(5.472)	(7.145)
Amortização	(196.383)	(26.562)	(8.041)	(230.986)	(200.670)
Arrendamentos e aluguéis	(958)	(116)	(3.370)	(4.444)	(4.013)
Tributos	(45)	(48)	(7.398)	(7.491)	(3.539)
Provisões líquidas - PCLD	-	(10.349)	-	(10.349)	(14.463)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(20.770)	-	(20.770)	(31.276)
Provisões líquidas - contingências	-	-	8.715	8.715	13.295
Outros ganho / perdas / alienação /desativação	-	-	(8.937)	(8.937)	(13.888)
Outros	(4.695)	(3.944)	(35.932)	(44.571)	(36.935)
Total custos / despesas	(468.537)	(279.591)	(191.868)	(939.996)	(880.690)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/09/14				30/09/13
	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(31.886)	(13.761)	(21.632)	(67.279)	(71.315)
Administradores	-	-	(2.134)	(2.134)	(1.702)
Entidade de previdência privada	(1.648)	(583)	1.823	(408)	(2.476)
Material	(6.325)	(759)	(434)	(7.518)	(13.061)
Serviços de terceiros	(47.423)	(57.013)	(21.590)	(126.026)	(124.906)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.520)	-	-	(1.520)	(2.432)
Depreciação e amortização	(69.966)	(9.150)	(2.530)	(81.646)	(63.064)
Arrendamentos e aluguéis	(284)	(52)	(1.310)	(1.646)	(1.537)
Tributos	(8)	(1)	(2.137)	(2.146)	(317)
Provisões líquidas - PCLD	-	(8.781)	-	(8.781)	3.964
Perdas conta a receber/consumidores	-	(4.851)	-	(4.851)	(13.137)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.998	2.998	11.789
Outros ganho / perdas / alienação /desativação	-	-	(4.795)	(4.795)	(11.140)
Outros	(2.239)	(1.818)	(17.025)	(21.082)	(13.551)
Total custos / despesas	(161.299)	(96.769)	(68.766)	(326.834)	(302.885)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Renda de aplicações financeiras	6.703	6.308	25.174	15.639
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	20.311	15.586	57.965	57.823
Variação monetária	23.555	21.553	123.952	47.834
Variação cambial	14.837	57.683	143.956	92.077
Operações swap	147.103	64.329	193.262	168.936
Receita Financeira da Concessão	(9.054)	29.946	21.978	47.802
Outras receitas financeiras	6.982	5.162	27.526	10.768
Total	210.437	200.567	593.813	440.879

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Encargos de dívida	(46.149)	(46.891)	(137.623)	(136.364)
Variação monetária	(35.748)	(32.772)	(159.323)	(76.655)
Variação cambial	(147.283)	(63.336)	(201.872)	(167.393)
Operações swap	(44.590)	(76.188)	(216.837)	(133.087)
Multas regulatórias	(11.580)	(2.858)	(27.055)	(20.773)
Perda acréscimos moratórios	(227)	(310)	(4.823)	(1.088)
Deficit com Plano de Saúde	(6.896)	(8.050)	(20.689)	(24.150)
Outras despesas financeiras	(3.049)	(2.423)	(17.350)	(7.071)
Total	(295.522)	(232.829)	(785.572)	(566.581)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	30/09/2014			30/09/2014			30/09/2013			31/12/2013				
	Resultado	Ativo		Total	Passivo		Resultado	Ativo		Total	Passivo			
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante		Circulante	Total		
NEOENERGIA S.A.	(e)	(858)	-	-	100.159	2.402	102.561	(794)	-	-	-	102.557	102.557	
CELPE	(b) / (h)	3.256	433	474	907	93	93	(2.173)	-	-	-	149	149	
COSEERN	(h)	-	-	19	19	-	-	-	-	-	-	-	-	
ITAPERI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1) / (g) / (h)	(275.067)	32	745	777	31.105	-	31.105	(255.640)	13	-	13	58.944	58.944
TERMOOPERNAIBUICO S.A.	(a.1)	(76.924)	-	-	-	15.026	-	15.026	(67.555)	-	-	-	21.234	21.234
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(2.925)	-	-	-	434	-	434	(2.741)	-	-	-	442	442
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(1.801)	-	-	-	266	-	266	(1.689)	-	-	-	272	272
RIO PCH I S.A.	(a.2)	(986)	-	-	-	145	-	145	(925)	-	-	-	151	151
BAHIA PCH I S.A.	(b)	425	61	-	61	-	-	533	119	-	119	-	-	
SE NARANDINA S.A.	(c) / (d)	(3.305)	-	-	-	743	-	743	(2.638)	-	-	-	398	398
NC ENERGIA S.A.	(a.1)	(8.075)	-	-	-	53	-	53	(4.579)	-	-	-	2.151	2.151
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1) / (b)	(18.818)	88	-	88	2.223	-	2.223	(17.382)	172	-	172	2.121	2.121
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c) / (d) / (e) / (g)	(10.060)	8	-	8	1.617	-	1.617	(8.987)	6	-	6	1.372	1.372
		(395.136)	622	1.238	1.860	151.864	2.402	154.266	(364.568)	310	-	310	189.791	189.791
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(12.382)	-	-	-	1.392	-	1.392	(9.125)	-	-	-	1.871	1.871
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(844)	-	-	-	94	-	94	(89)	-	-	-	94	94
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(770)	-	-	-	80	-	80	(76)	-	-	-	80	80
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(1.316)	-	-	-	94	-	94	(89)	-	-	-	94	94
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(785)	-	-	-	87	-	87	(82)	-	-	-	87	87
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(832)	-	-	-	92	-	92	(87)	-	-	-	92	92
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(1.102)	-	-	-	63	-	63	(405)	-	-	-	63	63
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(1.205)	-	-	-	85	-	85	(217)	-	-	-	85	85
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(699)	-	-	-	78	-	78	(487)	-	-	-	78	78
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.	(a.2)	(1.130)	-	-	-	78	-	78	(492)	-	-	-	78	78
		(21.061)	-	-	-	2.143	-	2.143	(11.147)	-	-	-	2.622	2.622
Coligadas														
AMARA BRASIL	(f)	(3.619)	-	-	-	533	-	533	-	-	-	-	420	420
		(3.619)	-	-	-	533	-	533	-	-	-	-	420	420
Controladores														
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.520	2.520
Iberdrola Energia S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.943	7.943
BB - Banco de Investimentos S.A.	(i)	(247)	-	-	-	1.145	-	1.145	(164)	-	-	-	1.392	1.392
Fundo Mútu Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre 1		-	-	-	-	-	-	-	2.597	1.784	4.381	-	-	
Outros minoritários		-	-	-	-	1.890	-	1.890	-	-	-	-	4.254	4.254
		(247)	-	-	-	3.035	-	3.035	(164)	2.597	1.784	4.381	16.109	16.109
		(420.063)	622	1.238	1.860	157.575	2.402	159.977	(375.879)	2.907	1.784	4.691	208.942	208.942

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2014		30/09/2014				30/09/2013		31/12/2013			
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo			
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Receita	5.772	-	-	-	-	-	1.580	-	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica	1.035	-	-	-	-	-	1.047	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.737	-	-	-	-	-	533	-	-	-	-	-
Despesa	(425.835)	-	-	-	-	-	(377.459)	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(406.640)	-	-	-	-	-	(362.647)	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(14.450)	-	-	-	-	-	(13.837)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(4.498)	-	-	-	-	-	(811)	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(247)	-	-	-	-	-	(164)	-	-	-	-	-
Ativo	-	622	1.238	1.860	-	-	-	2.907	1.784	4.691	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.238	1.238	-	-	-	2.597	1.784	4.381	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	622	-	622	-	-	-	310	-	310	-	-
Passivo	-	-	-	-	157.575	2.402	159.977	-	-	-	208.942	208.942
Fornecedores	-	-	-	-	54.481	-	54.481	-	-	-	192.833	192.833
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	101.950	-	101.950	-	-	-	16.109	16.109
Outros passivos circulantes	-	-	-	-	1.144	2.402	3.546	-	-	-	-	-
	(420.063)	622	1.238	1.860	157.575	2.402	159.977	(375.879)	2.907	1.784	4.691	208.942

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados**a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL**

Itapebi – Contratos n°s 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato n° 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato n° 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluentes Geração – Contrato n° 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato n° 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos n°s 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n°s 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Celpe - Contrato de nº 15536355, com vigência até julho de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluyente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluyente Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluyente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluyente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600032352 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluyente Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de fornecimento de energia

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluyente Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Custo de Captação

Referente ao contrato Banco do Brasil nº 342.901.039/2010 e emissão de BONDS no exterior.

(j) Remuneração da administração

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 4.648 (R\$ 2.887 em 30 de setembro de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira da NEOENERGIA que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. A Companhia ainda monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houveram alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

-
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
 - Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
 - Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado do período.
 - Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados ao CDI.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 30 de setembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo	Efeito acumulado 30/09/14
					Moeda Estrangeira		Moeda Local			
					30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13		
Contratos de swaps:										
Swap										
Ativa	Banco Citibank	22/06/2010 / 26/08/2010 /	26/06/2015 / 26/12/2018	USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a. / USD 6M LIBOR + 1,50 % a.a.	USD 150.003	USD 150.000	RS 300.207	RS 284.912	369.537	355.194
Passiva	Bank of America Merrill Lynch / BNP Paribas / JP Morgan	10/12/2010 / 14/05/2014		103,27% / 100,40% / 102,87% / 102,60% do CDI					308.801	285.333
									60.736	69.961
										(4.683)
Swap										
Ativa	Banco Votorantim	30/07/2004	27/01/2014	USD + 13,4853% a.a IGPM + 13,95% a.a	USD -	USD 1.373	RS -	RS 4.150	-	7.366
Passiva									-	24.014
									-	(16.648)
										(178)
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018	114,29% *(USD Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	RS 104.005	RS 104.005	119.385	113.514
Passiva									104.500	104.416
									14.885	9.098
										(1.514)
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 /	14/06/2018 /	117,65% *(USD Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a./ CDI + 0,60% a.a./ CDI + 0,61% a.a./ 106% do	USD 209.900	USD 209.900	RS 439.032	RS 439.032	519.843	498.233
Passiva		05/12/13	20/12/2018	CDI					441.068	440.727
									78.775	57.507
										(5.567)
Swap										
Ativa	Citibank	22/11/2013	03/12/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) 104,5% do CDI	USD 98.000	USD 98.000	RS 225.400	RS 225.400	235.574	225.090
Passiva									227.231	227.063
									8.343	(1.973)
										(5.105)
Swap										
Ativa	JP Morgan	03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a. 105% do CDI	USD 24.500	USD 24.500	RS 58.065	RS 58.065	59.734	56.995
Passiva									58.314	58.291
									1.420	(1.296)
										(434)
Total									164.159	116.650
										(17.481)

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	30/09/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.254.281	1.254.281	903.882	903.882
Contas a receber de clientes e outros	1.031.977	1.031.977	903.882	903.882
Recurso CDE	222.304	222.304	-	-
Mantidos até o vencimento	4.624	4.624	20.960	20.960
Títulos e valores mobiliários	4.624	4.624	20.960	20.960
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	209.657	209.657	574.600	574.600
Caixa e equivalentes de caixa	208.418	208.418	573.253	573.253
Títulos e valores mobiliários	1.239	1.239	1.347	1.347
Disponível para venda	1.838.584	1.838.584	1.593.886	1.593.886
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.838.584	1.838.584	1.593.886	1.593.886
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	3.016.495	3.016.481	2.825.687	2.825.687
Fornecedores	745.505	745.505	515.469	515.469
Empréstimos e financiamentos	2.237.274	2.237.274	2.231.012	2.231.012
Debêntures *	33.716	33.702	79.206	79.206
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.123.776	1.123.776	1.117.578	1.117.578
Empréstimos e financiamentos	1.287.934	1.287.934	1.226.862	1.226.862
Debêntures *	-	-	7.365	7.365
Derivativos não designados como hedge accounting				
Bank of America	(78.775)	(78.775)	(57.507)	(57.507)
Banco de Tokyo	(14.886)	(14.886)	(9.098)	(9.098)
Títulos Externos	(60.736)	(60.736)	(69.961)	(69.961)
3ª Emissão Debêntures	-	-	16.648	16.648
Citibank	(8.342)	(8.342)	1.973	1.973
JP Morgan	(1.419)	(1.419)	1.296	1.296

* Valor de mercado é meramente informativo

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/09/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	1.838.584	1.838.584
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	208.418	-	-	208.418
Títulos e valores mobiliários	1.239	-	-	1.239
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				
Bank of America	-	510.785	-	510.785
Banco de Tokyo	-	118.172	-	118.172
Títulos Externos	-	369.294	-	369.294
Citibank	-	231.201	-	231.201
JP Morgan	-	58.482	-	58.482
Outros Passivos financeiros				
Derivativos				
Bank of America	-	(78.774)	-	(78.774)
Banco de Tokyo	-	(14.886)	-	(14.886)
Títulos Externos	-	(60.736)	-	(60.736)
Citibank	-	(8.343)	-	(8.343)
JP Morgan	-	(1.419)	-	(1.419)
	<u>209.657</u>	<u>1.123.776</u>	<u>1.838.584</u>	<u>3.172.017</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 17.482 (R\$ 38.144, resultado positivo em 30 de setembro de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	RS Mil		
					Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,45100	1.307.372	(22.632)	(28.290)	(33.948)
Swap Ponta Ativa em Dólar			2,45100	1.307.828	26.326	32.908	39.490
Exposição Líquida						3.694	4.618

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 977.400 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	7,8%	184.732	14.319	10.739	7.160
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	7,8%	447.975	38.566	48.157	57.748
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	7,8%	1.139.914	93.815	116.496	139.177
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	3,7%	889.048	53.316	61.600	69.883

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 184.732 sendo R\$ 94.354 em fundos exclusivos e R\$ 90.378 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	30/09/14								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos									
Empréstimos e financiamentos	3.525.208	4.793.979	158.629	561.035	1.031.441	1.208.991	1.507.418	124.712	201.753
Debêntures	33.716	34.377	34.377	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	745.505	745.505	447.303	298.202	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos									
Bank of America	(78.775)	(152.182)	11.218	42.101	35.170	(124.132)	(116.540)	-	-
Banco de Tokyo	(14.886)	(29.335)	2.603	10.607	9.258	(28.773)	(23.029)	-	-
Títulos Externos	(60.736)	(62.506)	(20.658)	(28.651)	3.057	(3.526)	(12.727)	-	-
Citibank	(8.342)	(39.025)	5.477	22.713	20.216	15.554	(102.985)	-	-
JP Morgan	(1.419)	(16.180)	2.790	8.240	7.885	953	(36.048)	-	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	208.418	573.253
Títulos e valores mobiliários	1.239	1.347
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.353.542	1.215.098
Recurso CDE	222.304	-
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	4.624	20.960
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.838.584	1.593.886

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 15).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de setembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("COELBA" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 10 de novembro de 2014.

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Leando Mauro Ardito

Contador CRC 1SP188307/O-o "S" BA